

Controle Social e o SUAS-BH



Realização

UF B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

PRAXIS
Núcleo de Ensino, Pesquisa e
Extensão em saberes e práticas
na Assistência Social

SUAS
Sistema Único de Assistência Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
SEGURANÇA ALIMENTAR
E CIDADANIA

 **PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiacoração

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Rosilene Cristina Rocha

Subsecretário de Assistência Social
José Ferreira da Crus

Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social Lúcio Luiz Tolentino

Gerente de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente do SUAS-BH
Carlos Eduardo Firmino

Diretor de Proteção Social Especial do Suas-BH
Marcel Belarmino de Souza

Diretora de Proteção Social Básica do Suas-BH
Mariana Bernardo de Brito

Diretora de Relação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça
Daniele Souza Carmona

Diretora Regional de Assistência Social Barreiro
Ângela Maria de Souza de Oliveira

Diretora Regional de Assistência Social Centro Sul
Mara Rúbia de Sousa Albano Félix

Diretor Regional de Assistência Social Leste
Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

Diretora Regional de Assistência Social Nordeste
Célio Augusto Raydan Rocha

Diretora Regional de Assistência Social Noroeste
Alessandra de Souza Figueiredo

Diretora Regional de Assistência Social Norte
Soraia Pereira de Souza

Diretora Regional de Assistência Social Oeste
Maria Angélica Barros Menezes

Diretora Regional de Assistência Social Pampulha
Cláudia de Melo Machado de Melo

Diretor Regional de Assistência Social Venda Nova
Edson Pereira de Sousa

Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social (UFRB)

Coordenadoras | Luane Neves Santos e Inayara Oliveira de Santana

Colaboradoras | Eleonora Schettini Martins Cunha, Evelin Fonseca Sales, Márcia Mansur Saadallah e Quitéria Rodrigues Costa

Coordenação editorial | Tikinet

Projeto Gráfico | Lucas Lima

Capa | Lucas Lima

Revisão | Michelle Oshiro

Diagramação | Lucas Lima

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

P923 Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. Controle Social e o SUAS-BH / PBH-SMASAC; UFRB-PRÁXIS. – Belo Horizonte, 2023. (Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH) – Caderno 1)
E-Book: PDF; 138 p.; IL.

ISBN 978-65-87080-58-1

1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão Social. 4. Política de Assistência Social. 5. Sistema Único de Assistência Social. 6. Direitos Sociais. 7. Participação Social. 8. Controle Social. 9. Educação Popular. 10. Belo Horizonte. 11. Gestão Municipal do SUAS. I. Título. II. Série. III. Controle social no SUAS: possibilidades e limites. IV. O controle social da assistência social em Belo Horizonte sob o olhar de usuárias conselheiras. V. Relatos de experiências. VI. Prefeitura de Belo Horizonte. VII. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte. VIII. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. IX. Práxis - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social. X. Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH).

CDU 316

CDD 306

Catalogação elaborada por Regina Simão Paulino – CRB 6/1154

*À Simone Aparecida Albuquerque,
Que sua determinação e sua luta para
combater as injustiças e a desigualdade
social sigam nos inspirando para a cons-
trução de uma sociedade mais igualitária
e um SUAS cada vez mais forte.*

Caderno I

Controle Social e o SUAS-BH

Belo Horizonte, 2023.

Sumário

Apresentação.....	6
Prefácio	8
Capítulo 1 - Controle social no SUAS: possibilidades e limites	12
Capítulo 2 – O controle social da assistência social em Belo Horizonte sob o olhar de usuárias conselheiras	30
Relatos de Experiências	60
1. Os desafios do controle social no contexto da pandemia: a experiência da presidência do CMAS-BH em 2020.....	61
2. Os desafios do controle social no contexto da pandemia de covid-19	72
3. Educação popular como fomento à participação	91
4. O fortalecimento da identidade dos territórios em instâncias de controle social: politização e mobilização para a conquista de direitos	103
5. CLAS Leste Pop Rua: desafios e ações possíveis no processo de mobilização e participação no controle social.....	117
6. A participação da população em situação de rua no processo conferencial de 2015: aliança estratégica entre usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores e entidades de defesa de direitos.....	125

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea de cadernos que versam sobre o Controle Social e Educação Popular no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS/BH). Ela está organizada em três volumes, com as seguintes temáticas: *Caderno I – Controle Social e o SUAS-BH*; *Caderno II – A participação e a representação no SUAS-BH*; e *Caderno III – Mobilização, Participação e Educação Popular*.

O objetivo que converge nos três volumes é possibilitar uma melhor compreensão das relações entre direitos socioassistenciais, participação social, representação e representatividade, controle social e educação popular. Os conteúdos dos cadernos possibilitarão reflexões essenciais para o fortalecimento da gestão democrática e participativa no SUAS-BH. Para isto, conta com textos teóricos, em linguagem acessível, associados a relatos de experiências de agentes públicos que colaboraram com a instituição e fortalecimento do controle social em Belo Horizonte – usuárias(os), trabalhadoras(es), representantes de entidades e organizações de Assistência Social e gestoras(es).

Na conformação do SUAS/BH, os espaços privilegiados onde se efetivam a participação social são nos conselhos Municipal e Regionais de Assistência Social (CMAS e CORAS), nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e nas conferências municipais, além de outras instâncias em que a participação social ocorre de maneira efetiva no processo de controle social.

Tendo como referência o arcabouço legal e normativo, que sustenta a concepção da Política Pública e do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, esta coletânea

atende ao compromisso assumido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), por meio da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), junto ao CMAS-BH.

A formulação dos cadernos se deu de maneira participativa, sob coordenação da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS-BH, vinculada à Diretoria de Gestão do SUAS-BH (DGAS), por meio de parceria desenvolvida com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A publicação desta coletânea demonstra o esforço da gestão municipal, em conjunto com o CMAS-BH, na ampliação e na qualificação do diálogo entre governo e sociedade civil, que também representa o fortalecimento da democracia participativa em Belo Horizonte.

José Crus

Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social,
Segurança Alimentar e Cidadania

Prefácio

Como tirar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do papel e torná-lo realidade na vida de todas as pessoas que necessitam de proteção socioassistencial? Essa é uma questão importantíssima, pois sabemos que muitas pessoas tiveram suas vidas transformadas ao acessarem os serviços, benefícios e programas da assistência social. E essa conquista de dignidade e autonomia poderia se estender a muitas outras, não alcançadas muitas vezes porque desconhecem seus direitos, ou mesmo porque não entendem muito bem como a assistência social se organiza e quais ofertas ela dispõe. Além disso, ainda há pessoas que não sabem que podem fazer parte da construção dessa política, propondo ações, acompanhando sua realização, avaliando seus resultados, e isso por meio da participação em organizações da sociedade civil, como associações, movimentos sociais, coletivos, dentre outros, mas também pelos espaços institucionalizados no poder público, como os conselhos e as conferências de assistência social!

Sabemos que participar é um desafio! Envolve diferentes motivações, tem custos (de tempo, de deslocamento, de recursos etc.), demanda algum conhecimento sobre os temas e os meios de participar, convoca as pessoas a formarem juízos de valor sobre a realidade que vivenciam em comparação com aquela na qual gostariam de viver, impõe a escolha de diferentes modos de agir conforme os objetivos pretendidos. Enfim, participar é um processo que tira as pessoas de uma posição de apatia para uma posição proativa.

Este Caderno compõe uma trilogia cujo objetivo é contribuir com esse processo, apresentando informações e conhecimentos que podem ser utilizados nas suas reflexões e nas ações de mobilização, participação, representação e de controle social do SUAS. Ele foi elaborado a muitas mãos: equipe da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, equipe do Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), conselheiras(os) do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), trabalhadoras(es) do SUAS de Belo Horizonte (governo e entidades) e usuárias(os).

Foram realizadas várias reuniões entre as equipes da GGTEP e do Práxis/UFRB para pensar e repensar a proposta original e adequá-la às demandas e necessidades das(os) conselheiras(os) e usuárias(os), que se manifestaram por meio de consultas on-line (formulários) e presencialmente, na reunião da Comissão de Apoio a CORAS e CLAS do CMAS-BH (em 27 de abril de 2023) e na reunião das(os) representantes da sociedade civil no conselho (em 25 de maio de 2023). Nesse percurso, decidimos elaborar três cadernos, cada um deles com ênfase num tema mais abrangente: 1) Controle Social e o SUAS-BH; 2) A participação e a representação no SUAS-BH; 3) Mobilização, participação e educação popular.

Cada caderno contém capítulos que tratam do tema central, apresentando conhecimentos e informações que podem contribuir com as reflexões necessárias para a construção de um SUAS mais inclusivo, mais próximo de quem necessita e mais participativo. Contém também relatos de experiências produzidos a partir de uma chamada pública

feita pela GGTEP – Roda de Experiências do SUAS-BH, convidando trabalhadoras(es), conselheiras(os) e gestoras(es) a sistematizarem suas práticas. A riqueza dos relatos mostra tanto a capacidade de inovação quanto o compromisso e o esforço de “tirar o SUAS do papel”. Imaginamos quantas outras experiências, ainda não sistematizadas, podem se somar a essas!

No âmbito da UFRB, a iniciativa foi efetivada por meio do projeto de extensão “Educação Permanente no SUAS: aprimoramento do exercício do controle social e fomento à participação popular”. Tal projeto tem na educação popular seu eixo epistemológico, teórico e metodológico, e inclui, além da confecção dos cadernos, a oferta de uma capacitação de atualização com carga horária de 40 horas para 200 atores do controle social no SUAS-BH, por meio de Círculos Virtuais, em alusão aos Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire.

Em 2023, a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS) completa dez anos e compreendemos a necessidade de avançar em uma Educação Permanente no SUAS construída a partir da educação popular. Nesse sentido, esta coletânea de cadernos é fruto de um trabalho realizado com base em muito diálogo e respeito às identidades, trajetórias e contribuições que cada uma/um trouxe consigo. Uma experiência formativa permeada por desafios, mas também muito empenho coletivo para contribuir de maneira inventiva e criativa, por meio de uma ponte entre o nordeste e o sudeste, com o SUAS que queremos para o Brasil.

Nós te convidamos a ler esse Caderno com os sentimentos de esperança e de confiança na sua capacidade de agir e transformar a realidade em que vive. Afinal, como

Paulo Freire nos lembra, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Eleonora Schettini Martins Cunha

Evelin Fonseca Sales

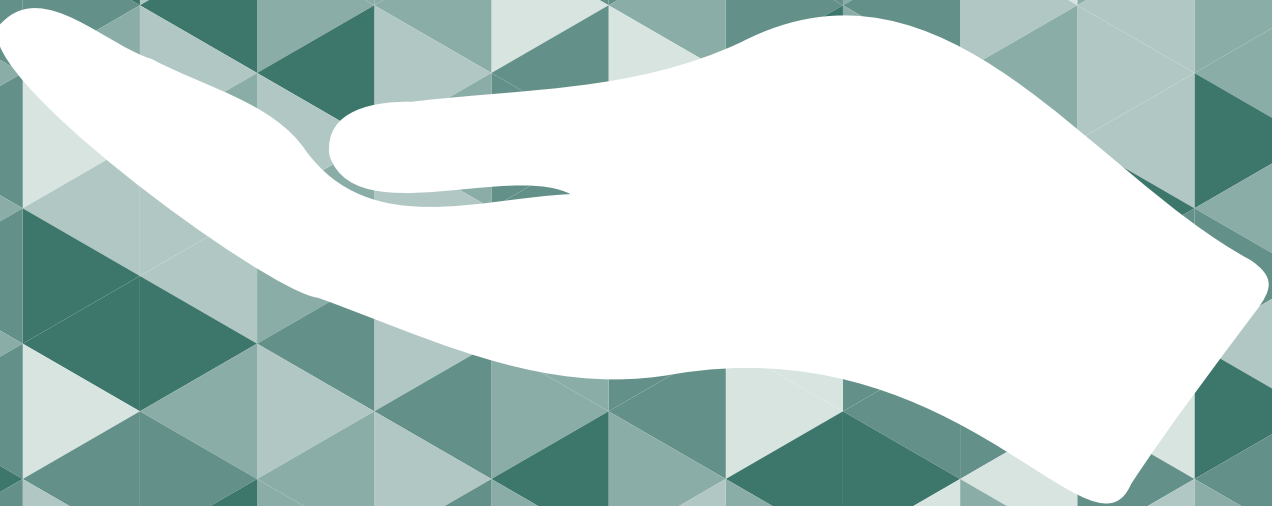
Inayara Oliveira de Santana

Luane Neves Santos

Márcia Mansur Saadallah

Quitéria Rodrigues Costa

Equipe Práxis – Núcleo de Ensino, Pesquisa e
Extensão em Saberes e Práticas na Assistência Social
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)



Capítulo 1

Capítulo 1 – Controle social no SUAS: possibilidades e limites

Eleonora Schettini M. Cunha¹

Você já ouviu falar em “controle social”? Sabe o que é isso, por que existe e por que é importante? E como ele é realizado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? O que acha de aprender um pouco mais sobre esse tema? Vamos lá...

Um pouco de história...

Desde o século XVIII, quando iniciaram as primeiras experiências de democracia moderna, vem se desenvolvendo a ideia e as experiências de controle público (também conhecido como *accountability*). Essa ideia significa que o poder político deve ser controlado pela sociedade, ou seja, espera-se que o poder seja exercido de forma **transparente**, com **responsabilidade** e seja **eficaz** na solução dos problemas públicos.

A **transparência** indica que os governantes devem manter a população informada sobre tudo o que realiza, bem como justificar suas decisões e ações. A **responsabilidade** diz respeito ao uso correto dos recursos e bens públicos e a **eficácia** é o compromisso em dar respostas às situações-problema vivenciadas pelas pessoas.



¹ Assistente social (UFRJ), cientista política (UFMG), professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG.

E porque essa ideia ganhou força? Nas democracias, de modo geral, elegem-se representantes e governantes para que, num determinado período, tomem decisões e realizem um conjunto de ações em nome de toda a população. Isso inclui fazer as leis que todos devem obedecer, arrecadar tributos (impostos, taxas etc.), distribuir os recursos públicos arrecadados em diferentes áreas (Educação, Saúde, Meio Ambiente, Segurança, Transportes etc.), defender os interesses do país nas relações com outros países, dentre tantas outras.

Se você pensar bem, perceberá que esses poucos eleitos passam a ter um grande poder em relação a toda a população, sendo responsáveis por uma grande quantidade de recursos públicos e com a legitimidade para usar a coerção e a força sempre que as leis forem desobedecidas.



Em países que são **repúblicas** democráticas (como é o caso do Brasil), além das eleições, há um conjunto de leis que orientam a vida em comum e que devem ser obedecidas por todas(os). O poder político deve ser exercido em conformidade com essas leis e deve sempre visar o bem-estar de todos e não os interesses particulares de alguns grupos ou mesmo de algumas pessoas.

A palavra **república** tem origem no latim “*res publica*” que significa **coisa do povo**. As repúblicas, portanto, são uma forma de governo em que a organização político-social é realizada e mantida pelo povo e o poder político deve ser exercido visando este povo.



No Brasil, o artigo 3º da Constituição Federal assegura que esses são objetivos da República Federativa: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Portanto, quando os governos focarem as ações em alguns grupos, elas devem ser justificadas e sempre no sentido de corrigir injustiças e de promover a inclusão desses grupos na vida social e política.

No entanto, há muitos casos conhecidos (e desconhecidos!) de práticas não republicanas realizadas por quem detém o poder. Mas, como saber se está ocorrendo alguma irregularidade nas ações dos representantes e governantes? Quem deve acompanhar e avaliar essas ações? Como isso pode ser feito? Quais devem ser as punições para quem violar as leis? Todas essas questões levaram à criação de instituições e de outros meios que têm o objetivo de controlar, de forma pública, transparente, as ações (e omissões) dos governos e dos representantes. Vamos conhecer como é exercido esse “controle público”?

Sobre as formas de controle público...

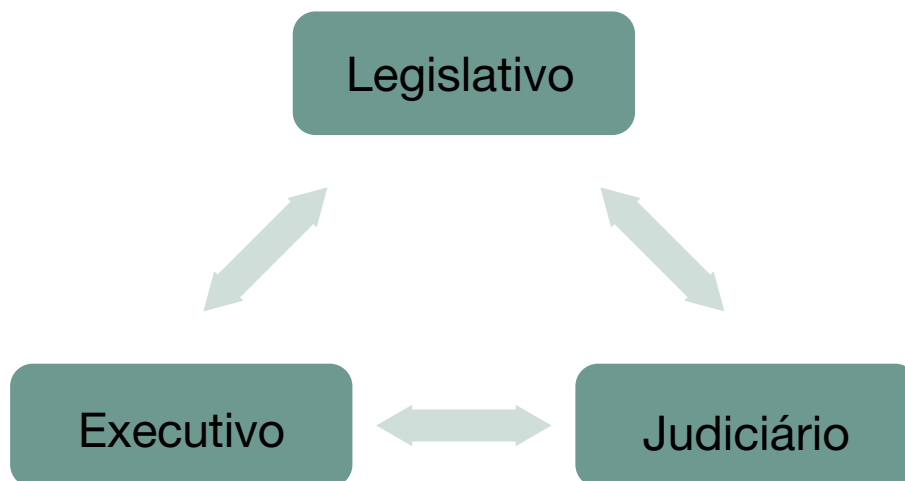
Primeiro é importante lembrar que, nas repúblicas, o poder político está dividido em três poderes: o Legislativo, onde as leis são elaboradas; o Executivo, que realiza as ações públicas que tiram as leis do papel; e o Judiciário, que zela pelo cumprimento das leis e pune quem age de forma ilegal. No Brasil, os membros do Legislativo e do Executivo são eleitos e os membros do Judiciário

são escolhidos por concurso público². Neste último caso, espera-se que juízes sejam isentos de influência política eleitoral nas suas decisões.

Essa divisão é importante para compreender um dos tipos de controle público: o controle horizontal. Ele ocorre quando as instituições do Estado controlam-se entre si, ou seja, quando o Legislativo acompanha e avalia as ações do Executivo ou quando o Judiciário avalia e julga ações do Legislativo e do Executivo. Você já ouviu falar no Tribunal de Contas da União (TCU) ou do Tribunal de Contas do Estado (TCE)? São instituições especializadas que assessoram o poder legislativo na análise e na avaliação das ações e dos gastos públicos realizados pelo Executivo. Também é considerado controle horizontal as ações realizadas pelo próprio poder para acompanhar e verificar se tudo o que realiza está em conformidade com a lei, como é o caso das atividades desenvolvidas pelas controladorias. A ideia é que os equívocos sejam identificados e corrigidos a tempo, antes das auditorias dos Tribunais. Portanto, esse é um tipo de controle que acontece de forma contínua e é exercido pelas instituições do Estado.

² Isso é diferente nos Tribunais Superiores – Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM). Nesses tribunais, a escolha é do presidente da República e a aprovação é feita pelo Senado, o que é uma forma de controle do Legislativo sobre o Executivo. Você poder conhecer mais as regras de cada tribunal em “Composição dos Tribunais Superiores”, de Newton Tavares Filho. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/29859/composicao_tribunais_tavares.pdf?sequence=1. Acesso em: 8 out. 2023.

Figura 1 – Controle público horizontal



Fonte: Elaboração própria.

Outro tipo de controle público (ou *accountability*) é o vertical. Ele ocorre sempre que pessoas ou grupos/coletivos avaliam quem está ocupando posições no Estado e decide por mantê-los ou retirá-los dessas posições. E isso acontece por meio das eleições e, portanto, é um controle periódico, intermitente, exercido por cada cidadã e cidadão quando usufrui o seu direito de voto.

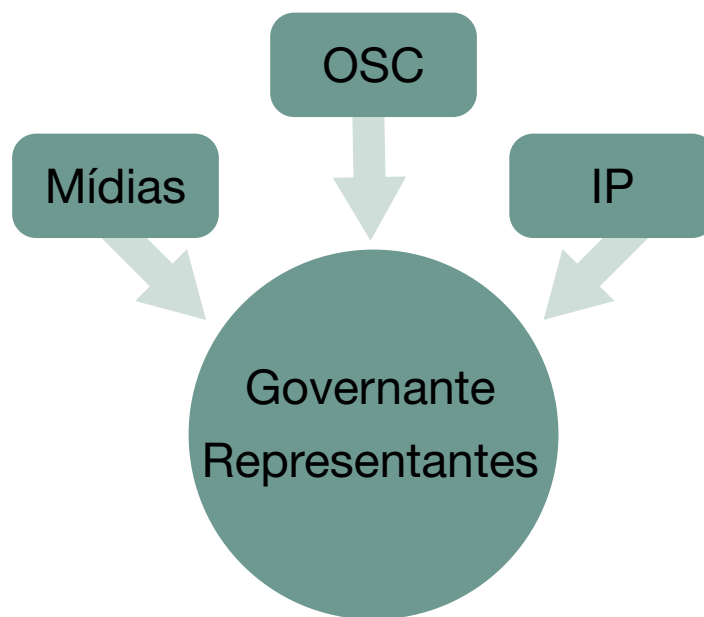
Figura 2 – Controle público vertical



Fonte: Elaboração própria.

Um terceiro tipo é o controle social, exercido por organizações da sociedade civil (OSC), por movimentos sociais, pelas mídias, por instituições participativas (IP), como os conselhos e as conferências, para acompanhar e avaliar as ações públicas, especialmente as realizadas pelos governos, mas também aquelas realizadas por organizações não governamentais que utilizam recursos públicos para efetivarem seus propósitos. É um controle exercido cotidianamente.

Figura 3 – Controle social



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, nas democracias, os representantes e governantes estão sujeitos a três tipos de controle público – o horizontal, o vertical e o social – e eles podem estar articulados entre si.

E o que deve acontecer quando é encontrada alguma irregularidade ou ilegalidade? Há sanções relacionadas a cada um desses tipos de controle. No caso do controle vertical, a sanção é de ordem política: quem é mal avaliado perde o cargo ou não é (re)eleito. As sanções do controle horizontal podem ser administrativas, civis ou criminais e incluem o

cancelamento, a reparação ou a punição de agentes públicos envolvidos em situações que contradizem as leis. Quanto ao controle social as sanções são de ordem política e simbólica, pois a divulgação dos resultados do controle pode comprometer a imagem pública dos políticos e organizações. Além disso, dependendo da situação, quem realiza o controle social pode acionar as instituições de controle horizontal para que tome as providências cabíveis e necessárias.

Como é feito o controle social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

No artigo 204 da Constituição Federal, que trata da assistência social, está prevista a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Ou seja, desde o texto constitucional a participação e o **controle social** andam juntos! O controle social só é possível se houver participação da população, por meio de seus representantes.

“O **controle social**, da forma como o conhecemos na Assistência Social, é um mecanismo de democratização da gestão pública por meio da participação da sociedade organizada em instâncias e espaços deliberativos. Esse processo participativo permite a intervenção dos cidadãos na definição de prioridades para a agenda pública, na elaboração da política e na avaliação das ações governamentais” (Barboza; Firmino, 2022, p. 20).



Mas como tornar essa participação e esse controle uma realidade no SUAS? A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nos artigos 16 e 17, estabelece os conselhos como

órgãos colegiados, nos três níveis de governo (União, estados e municípios), passando a ser a instituição participativa que deve realizar o controle social cotidianamente, associados com as conferências, que fazem isso periodicamente.

Como realizar este controle social da política de assistência social? Pode ser realizado desde o momento em que a política e suas ações são definidas até o processo de acompanhamento e avaliação da execução dessas ações, da forma como foi a gestão da política, como foi a execução dos recursos. E pode ser feito pelas OSC, por fóruns de trabalhadoras(es)/usuárias(os)/entidades, por movimentos sociais, por coletivos que reúnem segmentos da área, pelas mídias, por instituições de ensino e, de forma institucionalizada, pelos conselhos e conferências de assistência social.

Os espaços que reúnem a sociedade civil são muito importantes, pois eles têm autonomia em relação aos governos, podem problematizar as questões relevantes para a política de assistência social, analisar e debater as propostas para a área, entender pontos de vista diferentes, construir interesses coletivos e posteriormente participar dos debates em torno dessas questões de forma qualificada. Além disso, esses espaços autônomos podem fazer pressão, expor publicamente as irregularidades e mesmo acionar o Ministério Público para que faça a fiscalização das ações. Esses espaços também podem ser importantes para a formação de futuros membros de conselhos e participantes de conferências.

Falando em conselhos... como eles se estruturam e funcionam?

A LOAS estabelece que os conselhos são deliberativos, ou seja, decidem sobre a regulação da área (normas, regras etc.),

as diretrizes e prioridades, os planos de assistência social, as prestações de contas governamentais, a convocação de conferências, o acompanhamento das entidades de assistência social, dentre outras decisões. A Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) reforça esse papel dos conselhos e das conferências. Portanto, conselhos e conferências integram o SUAS e são as instâncias do Sistema que são previstas tanto para viabilizar a participação quanto realizar o controle social. Eles se somam às mídias, às organizações da sociedade, aos coletivos e aos movimentos sociais nessa tarefa!

Os conselhos são instituições estatais e seus membros (titulares e suplentes) são representantes do governo e da sociedade civil. A composição é paritária, ou seja, metade é governamental, cujas(os) conselheiras(os) são indicadas(os) pelo governo (municipal, estadual ou federal, conforme o conselho), e a outra metade é não governamental. A representação não governamental é feita pela sociedade civil que, no SUAS, é considerada como o conjunto de usuárias(os), trabalhadoras(es) e representantes das entidades e organizações de assistência social. Esses segmentos, em espaços próprios, escolhem seus representantes para compor as instâncias de participação, de controle social e de gestão democrática e participativa existentes nos municípios. Em Belo Horizonte, por exemplo, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS-BH) é composto por 80 pessoas, sendo 40 titulares e 40 suplentes, sendo metade representantes governamentais, indicadas pelo poder executivo municipal, a Prefeitura de Belo Horizonte. e a outra metade representantes da sociedade civil, eleitas por seus segmentos.

Muitas vezes os conselhos se organizam em comissões (por exemplo, de financiamento, de normas) ou grupos de trabalho para facilitar a análise das questões específicas por um grupo menor de conselheiras(os), que leva suas

impressões para as reuniões gerais (chamadas de plenárias). As reuniões plenárias devem ser regulares (por exemplo, mensais ou bimensais), cuja pauta para o debate e para as decisões deve ser divulgada com antecedência, o que permite que os conselheiros se preparem devidamente. Dessas reuniões participam conselheiras(os), convidadas(os) e pessoas interessadas, todos podendo opinar nos debates, mas só as(os) conselheiras(os) podem tomar as decisões.

Os debates são os momentos em que as diferentes perspectivas são colocadas em público e submetidas à apreciação de todas as pessoas presentes. Como vivemos numa sociedade plural, o conflito de ideias e de opiniões faz parte deste processo e nem sempre são facilmente resolvidos. Nem sempre é possível construir consensos. Nesses momentos, voltar aos princípios, diretrizes e prioridades da Constituição Federal, da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pode ser um caminho para achar alguma solução. A votação também é outro meio.

Para organizar o funcionamento dos conselhos, geralmente é instituída uma mesa diretora (ou algo similar), composta por presidente, vice-presidente, secretária(o), dentre outras possibilidades. E para apoiar o funcionamento dos conselhos deve existir a secretaria executiva, composta por trabalhadoras(es) cedidas(os) pelos governos, que assessoram as(os) conselheiras(os), mantém a documentação organizada e arquivada, registra as reuniões em atas, cuida da infraestrutura do conselho, distribui informes e documentos, envia deliberações para publicação, enfim cuida das questões administrativas e burocráticas, o que faz com que as(os) conselheiras(os) possam se dedicar à função política que lhes é própria.

Cabe destacar a importância das resoluções, ou seja, daquelas deliberações que são importantes para a política

de assistência social e que devem ser amplamente conhecidas, pois devem ser cumpridas. Para isso, devem ser publicadas (em diário oficial, jornais de ampla circulação ou outros meios) e/ou divulgadas (na mídia tradicional, como as rádios, nas redes sociais, cartazes fixados em locais de grande circulação... use sua criatividade!).

E as conferências... como elas acontecem?

As conferências também estão previstas na LOAS, na PNAS e na NOB-SUAS, mas elas acontecem de forma diferente dos conselhos: são periódicas (conferências ordinárias de quatro em quatro anos e extraordinárias); são convocadas pelo gestor da política e pelo conselho, envolvendo os segmentos da assistência social (trabalhadoras(es), usuárias(os), entidades e governo) respeitando a paridade; ocorre durante alguns dias (de modo geral, varia de 1 a três); têm um regulamento próprio, que pode variar de conferência para conferência; ocorrem em etapas – começando pela municipal, seguida da estadual e, por fim, da nacional – integrando os três níveis da federação; há um tema que orienta os debates e as decisões; as regras da participação e da deliberação (regimento interno) são decididas por quem participa; envolve divulgação e mobilização específicas.

A chamada “Conferência Zero” da assistência social aconteceu em junho de 1993 e seu tema foi o projeto da Lei Orgânica da Assistência Social. Em 2023, trinta anos depois, acontece a 13ª Conferência e o tema é “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”.



Muitas vezes, na primeira etapa das conferências, no nível municipal, ocorrem reuniões preparatórias ou pré-conferências das quais qualquer cidadã ou cidadão pode participar e é nesses encontros que são escolhidos as delegadas e os delegados que representarão os segmentos na conferência municipal. Veja que, nesses casos, ocorre tanto a participação quanto a representação, ou seja, a participação gera a representação! Outra característica das conferências é ser um espaço educativo: geralmente, antes de discutirem o tema, os participantes têm acesso a informações e conhecimentos que são considerados importantes para o debate.

Nos grupos de trabalho, avaliam-se as ações desenvolvidas desde a última conferência à luz do tema escolhido e são construídas possíveis soluções para as situações-problema identificadas. Essas ideias são levadas à plenária final, onde são debatidas e, ao serem aprovadas, devem constar de um relatório final. Este relatório é encaminhado ao conselho para deliberação e as decisões da conferência tornam-se resoluções do conselho. Os relatórios das conferências municipais são encaminhados para o nível estadual, para que sejam considerados na conferência estadual e os relatórios estaduais são encaminhados para o nível federal, integrando as conferências entre si. Esse processo de avaliação e de proposição de diretrizes e prioridades é o exercício do controle social e pelas características das conferências, envolvem um grande número de pessoas!

E em Belo Horizonte, como é possível exercer o controle social do SUAS?

A cidade conta com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) desde 1996! E ele tem funcionado regularmente

desde então, sendo protagonista de muitas inovações na política de assistência social de Belo Horizonte, que serviram de inspiração para o SUAS em geral.

Mais recentemente o CMAS criou inovações para o exercício do controle social: as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) e os Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS). As CLAS são instâncias de participação e controle social, vinculadas aos equipamentos e serviços da assistência social nos territórios e têm natureza consultiva, ou seja, reúnem pessoas interessadas pela política (usuários, trabalhadores, entidades, dentre outras) que debatem as questões que são importantes e buscam influenciar as instâncias deliberativas.

Os CORAS estão vinculados ao CMAS-BH e existem nas nove regionais da cidade – Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova – e também são consultivos, tendo o importante papel de monitorar e avaliar o SUAS no âmbito da regional. Além de sua importância para viabilizar a participação e o controle social nos territórios, as(os) usuárias(os) que têm assento no CMAS-BH são escolhidas(os) por regionais, o que mostra a importância desses espaços para a formação das conselheiras e dos conselheiros.

Além desses espaços institucionalizados, Belo Horizonte tem uma longa trajetória de mobilização da sociedade civil em prol da assistência social, criando e participando do Fórum Mineiro de Articulação da Política de Assistência Social, em 1993. Mais recentemente, a cidade viu serem criados o Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS de Belo Horizonte, o Fórum de Usuários e Usuárias do SUAS-BH e o Fórum Permanente de Entidades Socioassistenciais de Belo Horizonte. Esses são espaços importantes para a mobilização e a participação dos segmentos da assistência

social e têm um grande potencial para contribuir nos debates, na produção de informações e de conhecimento desta política, bem como na divulgação das questões que são problematizadas por eles.

O CMAS-BH foi criado pela Lei Municipal nº 7.099, de 27 de maio de 1996, atualizada pela Lei Municipal nº 10.836, de 29 de julho de 2015. Os Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) foram regulamentados pela Resolução CMAS-BH nº 34, de 30 de dezembro de 2020.



Alguns desafios ainda permanecem...

Depois de saber o grande potencial que conselhos e conferências têm para exercer controle social, fica a questão: quais desafios ainda existem para que o controle social ocorra da forma como foi almejado? Alguns deles são bem conhecidos...

Um primeiro está relacionado à nossa cultura política, baseada em relações autoritárias, que tanto gera a submissão da população aos governantes quanto uma ideia equivocada de que um líder (se lembra do “salvador da pátria”?) é suficiente para resolver todos os problemas sem que mais ninguém precise se envolver.

Outro desafio é enfrentar as desigualdades (classe, gênero, raça, território, educação formal etc.) que se reproduzem nos espaços da sociedade civil, nos conselhos e nas conferências. A informação precisa ser acessível (tanto em relação à linguagem quanto em relação às pessoas com deficiência),

é necessário disponibilizar recursos para efetivar a participação (transporte, alimentação etc.), as mulheres devem poder participar nas mesmas condições que os homens (quem sabe com o apoio de cuidadores para as crianças que estão sob sua guarda durante as conferências...).

Um desafio que vem junto com a institucionalização dos conselhos é o risco da burocratização, ou seja, que eles se tornem espaços que valorizam discussões e procedimentos administrativos, formais, e esqueçam que são instituições políticas. Há, também, o risco de manipulação e cooptação de conselheiras e conselheiros, seja por representantes governamentais, seja por pessoas que defendem interesses particularistas. Para enfrentar esses desafios, é sempre importante reforçar a autonomia da sociedade civil (e dos conselheiros que a representam no conselho) diante do governo e seus representantes membros do conselho, e a importância das informações qualificadas que podem embasar os debates e as decisões.

E quem controla os conselhos? Como eles tomam decisões vinculantes que devem ser cumpridas por todos, eles também precisam ser controlados! Uma primeira possibilidade, é o controle mútuo entre conselheiras(os), de modo que interesses particularistas não se sobreponham ao interesse público. Além disso, a sociedade deve realizar o controle social sobre o próprio conselho, daí a importância de OSC, movimentos, coletivos, universidades que se organizam em torno da política e acompanham sua execução e as deliberações do conselho. E ainda existem as instituições de controle público horizontal, que fazem seu papel e podem ser acionadas pela sociedade civil.

Você se lembra de mais algum?

Ampliando o diálogo...

Quais as dificuldades e os desafios que você já experimentou ao exercer o controle social da política de assistência social?

Por que essas dificuldades e esses desafios existem?



Enfrentar os desafios e propor formas de superá-los é um modo de fortalecer o exercício do controle social!

Quer saber um pouco mais?

AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (org.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

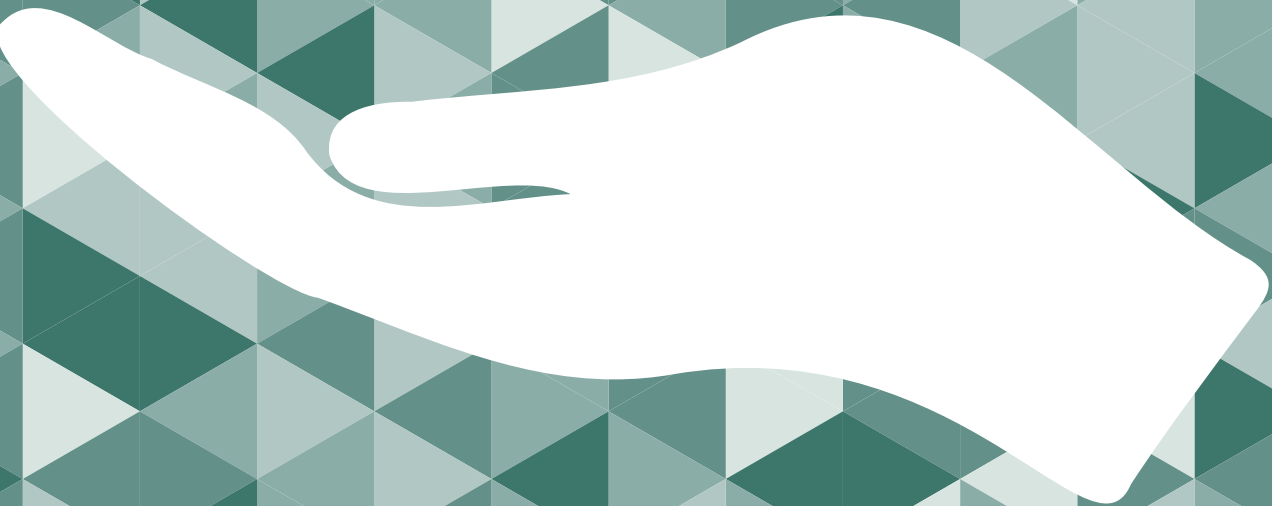
BARBOZA, M. A. G.; FIRMINO, C. E. **Participação popular e controle social no Sistema Único de Assistência Social: uma introdução crítica**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

CUNHA, E. S. M. **Conferências de políticas públicas e inclusão participativa**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Texto para discussão 172x.

CUNHA, E. S. M. **A efetividade deliberativa dos conselhos de assistência social**. Jundiaí: Paco Livros, 2013.

PINHEIRO, M. **Caderno de orientações: controle social no Sistema Único de Assistência Social**. Belo Horizonte: SEDESE: AMM, s/d. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/suas/manual/cartilhaCompleta.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

PÓLIS. **Controle social das políticas públicas**. Repente n° 29, ago. 2008. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/repente_29_final_web.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.



Capítulo 2

O controle social da assistência social em Belo Horizonte sob o olhar de usuárias conselheiras

Maria Aline Gomes Barboza¹

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar desafios na participação do controle social da Assistência Social em Belo Horizonte sob o olhar de pessoas que compõem a maior parcela quantitativa da população brasileira, a população negra. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56,1% da população do Brasil é negra e, desse grupo, 27,8% é composto por mulheres negras. Eu, Maria Aline, faço parte desse grupo, e escolhi entrevistar outras três mulheres negras, usuárias conselheiras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do tempo presente, para nos ajudar a refletir sobre protagonismo e participação na construção do controle social da Assistência Social no município de Belo Horizonte.

Essa escolha é baseada no que a filósofa Angela Davis nos ensina: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Angela[...], 2017).

¹ Sou mulher negra, mãe, trabalhadora no e do SUAS-BH, e professora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Fui conselheira municipal de Assistência Social, representando sociedade civil na minha primeira experiência como conselheira, e como representante governamental nas experiências posteriores. Integro o Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH. Sou doutora em Psicologia Social e coordenadora do Laboratório Estudos do SUAS (LABESUAS) vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

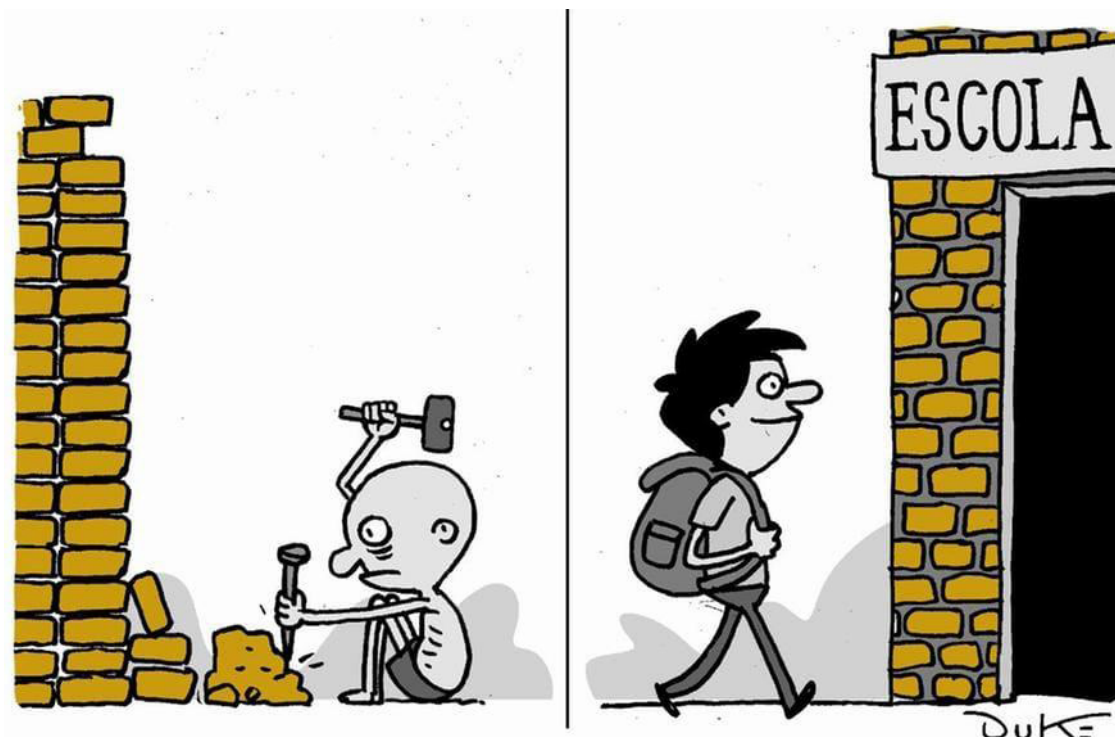
Minha aposta é que os desafios e potencialidades na participação apontados pelas entrevistadas são similares ou aproximados às realidades concretas que todas as pessoas que são marginalizadas e excluídas em razão de sua classe, gênero e raça vivenciam.

As experiências de exclusão são sempre muito complexas, tanto em sua vivência quanto na sua compreensão. Gosto sempre de pontuar que ser excluído é uma forma de estar incluído na sociedade em que vivemos, e a sociedade só funciona em equilíbrio assim. A exclusão está na estrutura da construção da nossa sociedade, e isso tem sido continuamente reposto ao longo dos anos. Aprendi com a professora de psicologia social Bader Sawaia (2009) que não há como falar de inclusão sem falar de exclusão. É como se fossem duas faces de uma mesma moeda. Mesmo as iniciativas públicas exitosas de inclusão não conseguiram alterar essa lógica excludente de funcionamento histórico, social, político e econômico da nossa sociedade. Digo isso não para nos desanimar. Pelo contrário. O fato de termos conquistado políticas públicas que se direcionam ao atendimento das nossas necessidades sociais nos sinaliza que estamos no caminho certo para mudar essa realidade: **o caminho da organização, da formação política, da participação e da luta popular.**

Você deve estar pensando: nossa, mas tudo isso que você está falando é contraditório, não? E o que isso tem a ver com controle social no SUAS? Sim, é contraditório e, na maioria das vezes, difícil de compreender numa prosa só. Não conseguiremos esgotar essa discussão em um texto, nem em uma aula. Mas, te convido a dar um primeiro passo: o passo do **olhar** e da **escuta**.

Olhar ao redor e observar que as oportunidades de estudo, trabalho, renda etc., são acessadas de forma desigual

entre diferentes segmentos da população. E, ainda, observar que essas desigualdades, com o passar dos anos, tendem a se ampliar e, ou aprofundar, fazendo com que cada vez mais pessoas que experienciam essas situações de desigualdades sejam atendidas pelos serviços e acessem benefícios e programas de transferência de renda do SUAS.



Fonte: Charge do cartunista Duke publicada no Jornal *O Tempo*, de 10 de julho de 2019.

Você sabia?

Conforme o estudo “Mapa das Desigualdades 2021”, publicação elaborada pelo Movimento Nossa BH:

A média da renda das pessoas brancas é 1,4 vez maior que das pessoas negras, e a renda média de homens brancos é 2,1 vezes maior que a de mulheres negras. A tendência é que sejam encontrados mais negros (pretos e pardos) em bairros que abrigam pessoas com renda mais baixa.



As maiores rendas médias em Belo Horizonte são encontradas nos bairros Belvedere (11,6 salários-mínimos), São Bento e Comiteco, com 7,7 salários-mínimos de renda média. A Grotinha, o Distrito Industrial do Jatobá e o Vila Real II apresentam as menores rendas médias da cidade, com 0,3 salários-mínimos cada um. A renda média dos moradores do Belvedere é 38,7 vezes maior que a dos habitantes dos bairros que detêm as menores rendas médias da cidade.

Vila Cemig e Jardim Felicidade têm, respectivamente, 0,5 e 0,9 pontos de ônibus para cada mil habitantes, enquanto a média em Belo Horizonte é de 5,4 pontos de ônibus para cada mil pessoas.

A média do tempo de deslocamento de um bairro até o estabelecimento de saúde de alta complexidade mais próximo, em horário de pico, também é muito desigual. Um morador do Funcionários gasta 5,9 minutos para se deslocar até uma unidade de saúde de alta complexidade, enquanto um morador do Capitão Eduardo leva 67,1 minutos.



Escutar os ruídos dessas desigualdades que, mesmo sendo produtos de problemas mais amplos e estruturais da nossa sociedade, são vivenciadas de formas diferentes por diferentes grupos e pessoas, tanto no que se refere ao sofrimento que essas situações geram, tanto nas suas formas de enfrentamento. Destaco aqui o passo da escuta, pois nos espaços de participação democrática, como é o caso das instâncias de controle social do SUAS, é fundamental o respeito às vivências singulares, especialmente quando visamos a coletivização de demandas e da luta política.



Para escutar!

“Cota não é esmola”(Bia Ferreira)



Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=0d5roQ3ZWAw>.

Artista nascida no interior de Minas Gerais, cantora, compositora e multi-instrumentista. Iniciou na música aos 3 anos de idade, estudando piano, depois violão e, atualmente, domina 24 instrumentos musicais. Filha de tradicional família evangélica, Bia Ferreira é lésbica e produz o que ela chama de MMP (Música de Mulher Preta).



Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola

Experimenta nascer preto na favela pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio-dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha

Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou! Não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já já dá uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo, a diretora fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais
O que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do sovaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolos e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Que isso é vitimi, que isso é vitimi, que isso é vitimismo
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá

Você também pode lutar, ei!
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio para revolucionar
Não deixe calar a nossa voz, não! (3x)
Revolução
Não deixe calar a nossa voz, não! (3x)
Revolução
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, é
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai (2x)
E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga (3x)
Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
Aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
Vamo pro canto onde o relógio para
E no silêncio o coração dispara
Vamo reinar igual Zumbi, Dandara
Odara, Odara
Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Odara, Odara, ei!
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola! (3x)
Eu disse: Cota não é esmola!
Cota não é esmola! (3x)
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, é
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar
Cota não é esmola!

”

Seguindo nessa caminhada, te convido a **olhar e escutar** sobre a participação no controle social do SUAS de BH a partir do enredamento entre os relatos das usuárias conselheiras e minhas percepções dessa escuta, todas mulheres negras trabalhadoras.

Para calçar o chão que vamos caminhar, apresentarei um pouco sobre o controle social do SUAS em BH a partir da leitura de textos produzidos pelos assistentes sociais e professores Márcia Pinheiro, Cristiano Carvalho e Eleonora Schettini. Na sequência, apresento temas que considere importantes e que emergiram nas interações das entrevistas sobre participação no controle social do SUAS. Estes temas estão resumidos nas considerações finais desse capítulo.

Controle social do SUAS em Belo Horizonte

Provavelmente você já escutou falar que a Constituição Federal de 1988 é democrática. Dentre os diferentes fatores que a fazem ser caracterizada dessa forma, quero destacar um: a promulgação do direito da sociedade civil de intervir nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, discutindo, informando e deliberando sobre suas necessidades, interesses, assim como acompanhando e monitorando a execução dessas políticas. Podemos exercer esse direito, no âmbito da política de Assistência Social, por meio da nossa participação nas instâncias de controle social. E o que é o controle social?

O primeiro capítulo desse caderno, escrito pela professora Eleonora Schettini, introduz o que é controle social e nos possibilita avaliar seus limites e possibilidades, fixando o entendimento sobre controle social no SUAS. Quero aqui destacar uma das três diretrizes da organização da Assistência Social, muito presente na história do controle social do SUAS em Belo Horizonte:

A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.



Foi por meio da mobilização e participação de trabalhadores, usuários, entidades prestadoras de serviços e de defesa de direitos, gestores e parlamentares que surgiu um grande movimento em defesa da política pública de Assistência Social em Belo Horizonte e em Minas Gerais, o Movimento da Assistência Social.

Em 1993, um grupo de trabalhadores com atuação nas três esferas de governo, junto com assistentes sociais do Conselho Regional de Serviço Social, ampliou o movimento e criou o Fórum Mineiro de Articulação pela Política de Assistência Social, que posteriormente passou a se chamar Fórum Mineiro de Assistência Social. Segundo Márcia Pinheiro ([2016?]), que escreveu um breve histórico sobre a Política de Assistência Social em Minas Gerais:

“O Fórum constitui-se como um espaço de debate e articulação política, com o objetivo de inserir a assistência social na agenda governamental, visando sua implantação no estado. Atua, em alguns momentos, em conjunto com os órgãos gestores da assistência social, mas amplia e convida parlamentares dos três âmbitos do legislativo, além de entidades de defesa de direitos dos usuários. Esse embrião, sabe-se hoje, foi um dos principais motores dessa história que se tornou nacional. A luta pela Assistência Social encontrou em Minas Gerais vários espaços de articulação que possibilitaram um maior nível de institucionalização da política pública influenciando, inclusive, na organização nacional” (Pinheiro, [2016?], p. 20).



Em Belo Horizonte, no ano de 1994, o Movimento da Assistência Social organizou-se numa instância denominada Fórum Municipal de Assistência Social que contou com a participação de usuários, trabalhadores, representantes de entidades que prestavam serviços de assistência social, de entidades de defesa de direitos, movimentos sociais e de outros grupos que defendiam que a Assistência Social fosse uma política pública municipal. O Fórum Municipal de Assistência Social se reunia mensalmente com o objetivo de estruturar a política pública da Assistência Social no município a partir da estruturação do controle social. Segundo Cristiano Carvalho (2013), em sua pesquisa de mestrado:

“As assembleias setoriais se estenderam ao movimento negro, moradores de rua, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, e os Cafés Sociais atingiram as administrações regionais e as lideranças comunitárias. Esses eventos eram precedidos pela visita de uma enorme boneca com as iniciais LOAS gravadas em seu corpo, simbolizando que a lei era de carne e osso. A vontade pública, como ingrediente absolutamente indispensável ao processo da estruturação de políticas públicas na área da Assistência em Belo Horizonte, foi fator altamente intensificado e reconhecido pela população, principalmente no município a partir de 1993” (Carvalho, 2013, p. 121).



A história de Belo Horizonte, conforme a pesquisa realizada por Cristiano Carvalho (2013), é caracterizada pela presença ativa de movimentos da sociedade civil que promovem mobilizações e articulações frente ao poder público municipal, nos diferentes setores como saúde, cultura, assistência social.

Nossa história é de muita luta popular! Nossas lutas têm pressionado, ao longo dos anos, o poder público a incorporar nossas pautas no planejamento e desenvolvimento das ações das políticas públicas. Temos, então, uma história que nos inspira a fortalecer cada vez mais a participação popular como um dos pilares da organização da Assistência Social no município.

Lutas recentes da sociedade civil organizada que participa do controle social do SUAS em Belo Horizonte:

Fotografia de 2021 que registra a mobilização de usuários, trabalhadores e representantes de entidades e organizações da sociedade civil com atuação no SUAS-BH na aprovação do Projeto de Lei nº 159/2021, que aprova o Auxílio Belo Horizonte – renda emergencial.



Fonte: Foto divulgada no Instagram do Fórum
Municipal de Trabalhadores do SUAS-BH (@fmtsuas.bh).

Fotografia de 2023 que registra a articulação da Frente Popular em Defesa da População em Situação de Rua que se posiciona contra a CPI “BH sem morador de rua”.



Fonte: Foto divulgada no Instagram do Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS-BH (@fmtsuas.bh).

Enredando relatos e percepções de mulheres negras no controle social do SUAS

Inicialmente, planejei seis entrevistas que abarcassem diferentes perfis de conselheiros. Porém, me deparei com limitações de tempo e de conciliação de agendas, uma vez que o mês de julho, momento previsto para a realização das entrevistas, foi marcado por muitas mobilizações, incluindo as conferências municipais de Assistência social e de Segurança Alimentar e Nutricional.

Esse acontecimento foi a condição de possibilidade para que eu me atentasse mais para algo que já queria escutar e olhar com mais profundidade, no exercício que propus

no início desse capítulo, que é destacar que as opressões que vivenciamos ao longo de nossas vidas por sermos mulheres negras, também são vivenciadas no cotidiano de nossa participação nos espaços de controle social do SUAS. Ao mesmo tempo, participar desses espaços possibilita vivências positivas de reconhecimento de nossas existências, das nossas formas de pensar, ser e estar no mundo, de ser quem somos.

O roteiro proposto inicialmente foi mantido, porém, na condução, priorizei uma entrevista mais aberta e com profundidade. É importante registrar que as entrevistas foram muito ricas e o que está aqui partilhado para a reflexão coletiva é parte de um conjunto maior de temas que podem ainda ser trabalhados. Registro também a intenção inicial de escrever esse texto em conjunto com as mulheres entrevistadas. Espero que após a sua publicação e seu uso pedagógico, possamos nos encontrar novamente e tecer desdobramentos desse enredamento.

As questões que orientaram as entrevistas foram:

1. Como você chegou à Assistência Social, ou foi a Assistência Social que chegou até você?
2. Como você se tornou usuária da Assistência Social?
3. Como foi/é participar de conselhos e conferências do controle social do SUAS? Qual foi/é a importância dessa participação para sua vida? Observa desafios, dificuldades para que usuários e usuárias participem?
4. Pedir uma breve descrição de quem é a usuária por ela mesma.

Foram entrevistadas três usuárias: uma com participação no movimento pela política pública de Assistência Social em

Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil desde a década de 1990; a segunda com participação recente e intensa, por duas gestões do Conselho Municipal de Assistência Social e com atuação também no Conselho Estadual; e a terceira com participação mais destacada no Conselho Regional de Assistência Social de sua regional e na vice-presidência do Conselho Municipal de Assistência Social.

Eu e o ex-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Carlos Firmino, escrevemos um livro juntos em 2020 sobre o controle social no SUAS. Compartilho com vocês um trecho desse livro que aponta elementos os quais devem ser lembrados quando discutimos sobre participação popular no controle social do SUAS:

”A instituição e a manutenção dos espaços participativos e deliberativos, assim como a qualidade dos seus processos, dependem, em grande medida, dos atravessamentos postos pelas desigualdades estruturais que podem ser observadas de diferentes maneiras. Um exemplo é a ausência de representação significativa de segmentos populacionais subalternizados, tais como as mulheres e os jovens negros. Quando há a presença dessas representações, outros fatores podem ser impeditivos para a partilha dos processos deliberativos. [...] as interrupções e constrangimentos de caráter sexista ou etarista, podem ser citados como exemplos dos desafios presentes nas instâncias de controle social das políticas públicas sociais” (BARBOZA; FIRMINO, 2022, p. 37-38).



Ao escutar as mulheres entrevistadas, as desigualdades de gênero e de raça/cor, ora sutilmente, ora de forma explícita, apareceram em seus relatos, seja quando estavam contando sobre eventos em suas trajetórias de

vida, seja quando estavam contando sobre suas experiências de participação no controle social do SUAS. Minha percepção é de que, nessa última situação, as vivências de opressão foram apresentadas de forma mais sutil. Já quando relataram sobre vivências machistas e racistas ao longo da vida, a razão dessas opressões foram nomeadas mais diretamente.

A conselheira com mais tempo de participação nas lutas pela instituição da política pública de Assistência Social compartilhou que no movimento de luta por creches, da qual ela foi uma das principais lideranças em Belo Horizonte, sofreu racismo quando estava na função de coordenação de uma creche. A entrevistada relatou que após trabalhar por 15 anos como secretária da creche, passou a ser coordenadora da instituição. Instituição essa que, segundo a conselheira, foi criada após muita pressão e organização de mães para que pudessem ter um espaço em que deixassem suas filhas para poderem trabalhar. *“Tive que lutar muito por esse lugar para as minhas filhas”*, disse a entrevistada. Mesmo com toda a luta como representante comunitária de mulheres mães pobres e periféricas, e dos embates travados com o poder público para a instituição de creches, ao assumir o cargo de coordenadora, a entrevistada não pode ficar muito tempo nessa função. Ela ouviu da diretoria à época que *“aquele lugar não era para ela”* porque ela não tinha estudo. A entrevistada estudou até o segundo ano do antigo curso científico. Porém, nas palavras da conselheira: *“Não era porque eu não tinha estudo. Era porque eu era negra”*. Após esse acontecimento, a entrevistada relata que tirou suas filhas da creche e se afastou desse movimento, buscando outros movimentos na comunidade para participar. A conselheira esteve envolvida em várias lutas populares de Belo Horizonte das áreas da saúde, segurança pública,

transportes, meio ambiente, movimento que permanece hoje, nos seus 73 anos de idade.

Quanto ao início da sua relação com a Assistência Social, a conselheira relata que o movimento de luta por creches se inicia quando a Assistência Social no Brasil era coordenada pela antiga Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Várias ações assistenciais eram realizadas por essa Liga, não só aquelas que hoje conhecemos como Assistência Social. A conselheira relata que se articulou à luta pela política de Assistência Social nesse momento, em que as ações de cuidado com crianças pequenas deixaram de ser competência da Assistência Social, e que “a LOAS começa a ser trabalhada”. Segundo a conselheira: “Foi no governo de Célio de Castro que as políticas públicas foram sendo desmembradas. Foi criando os conselhos. As políticas públicas foram sendo desmembradas a partir do orçamento participativo”.

Para saber mais sobre a LBA e a história da profissão serviço social no Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=qPE5MdntV2Y>

Para saber mais sobre Orçamento Participativo na BH: <https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/orcamento-participativo>



Um outro momento que a Assistência Social, na percepção da entrevistada, entra em sua vida foi quando, na década de 1970, ela foi atendida por assistentes sociais durante uma internação hospitalar de cerca de três meses. Foi por meio do acompanhamento feito por essas profissionais que a conselheira afirma ter conseguido desenvolver autoestima e convívio durante a internação, pois não tinha visita, ficava sozinha. Além disso relata ter tido acolhimento

e orientação para aposentadoria. Diante do susto ao descobrir que sua patroa não recolhia o antigo “INPS”, apesar do desconto em seu pagamento, a entrevistada relata que ficou segura com as orientações e acolhimento das assistentes sociais. *“Não precisa se preocupar! Nós vamos ajudar a senhora!”*². A entrevistada resume a importância da Assistência Social: *“Ela traz um benefício muito grande que é de orientar e acolher as pessoas. O acolhimento é muito importante”*.

A conselheira foi trabalhadora doméstica desde a infância, tendo vivenciado o trabalho infantil. As experiências no trabalho doméstico deixaram marcas de sofrimento que a entrevistada retoma ao se apresentar: *“Eu apanhava muito, era muito judiada, eu tinha que trabalhar. Eu tinha que aprender a trabalhar. Não gostavam de preto. [...] Se for pra eu contar o que eu passei pelas casas, vai dar um livro”*.

Ainda em sua autoapresentação, muito emocionada, a conselheira relata: *“Eu me considero uma guerreira. Infelizmente não pude estudar. Mas, eu sempre fui muito esforçada. Sou uma mulher negra que eu respeito muito a nossa raça. Uma raça que ajudou a construir esse país”*. Finalizando, a conselheira relata que uma das experiências mais marcantes e bonitas de participação que teve foi compor a Marcha das Margaridas, em Brasília.

² Cabe aqui informar que, atualmente, a Assistência Social, enquanto política pública, é um campo de trabalho de diferentes profissionais, de diferentes níveis de escolaridade e funções, não obstante a contribuição histórica da categoria do Serviço Social para a institucionalidade da política pública de Assistência Social no paradigma de direito social de cidadania.

Você sabia?

Margarida Maria Alves foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos. O nome dela é símbolo da luta pela igualdade de direitos para as mulheres do campo através da Marcha das Margaridas. Margarida foi também uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Natural da periferia paraibana, Margarida Alves teve na história de sua própria família a experiência de ser expulsa de suas terras por latifundiários. Em função de sua luta por direitos e atuação combativa, sofria ameaças e intimidações. Margarida Alves foi assassinada na frente de sua família, em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade, por matadores de aluguel a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande. O crime segue impune. O legado de Margarida Alves segue vivo. A cada quatro anos, mulheres de todo o Brasil, do campo, das florestas e das águas, se reúnem em marcha, em memória à Margarida e em defesa das lutas sindicais, do respeito à natureza, à organização das mulheres trabalhadoras numa perspectiva feminista, contra a violência no campo.

Para saber mais, acesse:

www.marchadasmargaridas.org.br



Fotografia de Margarida Alves em 1983



Fonte: Acervo do site da Marcha das Margaridas, setembro de 2023.

Finalizando os apontamentos que considere importante partilhar com vocês a partir dessa primeira entrevista, no que se refere aos desafios da participação, a conselheira relata a importância da garantia do vale transporte, da alimentação, assim como do apoio no entendimento das matérias que serão tratadas nas instâncias de controle social. A entrevistada relata que não costuma ir a plenária ou reunião deliberativa sem ter alguma orientação e esclarecimento de dúvidas com alguma pessoa de confiança. Durante muitos anos, essa pessoa de confiança foi uma assistente social da rede de saúde. *“Eu não ia em plenária ou reunião sem conversar com ela. Eu sempre tenho isso. Pra tirar uma dúvida, pra poder falar”*. Nesse sentido, a conselheira destaca a importância das amizades construídas nos espaços de participação e controle social: *“Sempre tive amizade nos lugares que eu milito”*.

Ter encontrado um espaço de cuidado e de acolhimento, não só no seu acompanhamento pela equipe do CRAS, mas também no cotidiano das atividades como conselheira, foi fundamental para que a segunda entrevistada pudesse manter a participação, e participar de forma qualificada do controle social do SUAS. A entrevistada relata que teve muita solidariedade de outros colegas conselheiros, especialmente da sociedade civil, no que se refere a apoio material, sem que sua situação fosse exposta naquele contexto de participação. *“Eu estou comendo aqui, mas o quê que meus filhos vão comer quando eu chegar em casa?”*. Além do transporte, alimentação e capacitação, a conselheira aponta a importância da flexibilização dos horários das atividades do controle social, especialmente do conselho municipal, de modo a alcançar as disponibilidades dos usuários e usuárias. Em sua avaliação, reuniões no período noturno, por exemplo, apesar de estar fora do horário de trabalho

de trabalhadores e gestores, pode ser a condição necessária para que usuários e usuárias, trabalhadores em outros espaços, possam participar ou manter a participação.

Um apoio fundamental destacado pela conselheira foi de uma diretora do SUAS que, nas palavras da entrevistada: *“Nunca me viu como usuária, ela me dava o respeito como uma mulher, como uma pessoa”*. A diretora sempre entrava em contato antes das atividades do controle social com a conselheira, colocando-se à disposição para esclarecer alguma normativa, tirar dúvidas sobre os pontos de pautas etc. Penso ser importante mencionar que essa gestora é uma das poucas mulheres negras que estão em cargos de direção no SUAS. Com esse acolhimento e reconhecimento, que a conselheira nomeia como *“cuidado”*, esta avalia que pôde ser vista de uma forma que nunca havia sido reconhecida antes, como alguém que importa, uma mulher cidadã que tem uma função importante para o seu território. *“Eu representava milhares de usuários. Então, eu tinha que me capacitar”*.

Além do apoio que teve da gestora mencionada, e de colegas da sociedade civil, que se caracterizou como apoio financeiro e orientação para o exercício do controle social, a entrevistada ressalta que suas capacitações *“foram com o aprendizado dentro do conselho”*, destacando que à medida que praticava suas responsabilidades como conselheira, aprendia o que era o controle social, aprofundando o entendimento do que é a Assistência Social.

Seu envolvimento com outras instâncias do controle social e de participação comunitária se deu muito rápido. *“Começaram a me encaixar em tudo. Virei referência, liderança no território. Muito rápido já cheguei no CLAS, no CORAS, conselheira municipal. Sem trabalho, sem nada mesmo. Me disseram: A gente vai te dar suporte. O suporte era vale e alimentação”*. A entrevistada ainda complementa

que, pela sua inserção no controle social do SUAS, hoje ela conhece várias cidades, estados, conselheiros e conselheiras, pois realiza muitas viagens em razão das suas contribuições e tarefas de representação como conselheira municipal e estadual.

Essa realidade de ser reconhecida pelas suas contribuições em espaços de participação democrática nunca foi imaginada pela entrevistada que, com o acompanhamento de diferentes serviços públicos, em especial pelas equipes do Programa de Mediação de Conflitos e do CRAS, encontra-se em situação de superação da violência doméstica que sofreu por muitos anos. As marcas dessa violência seguem em seu corpo e em sua subjetividade, porém, não em sua forma naturalizada. A conselheira hoje reconhece – e encontra condições materiais para isso – a sua potência de agir diante das diferentes vivências de opressão. O caminho da participação social, especialmente do controle social do SUAS, é um dos caminhos em que experiencia esse reconhecimento.

Desde o início da entrevista, a conselheira se apresentou como uma mulher negra e periférica. Não foi a primeira vez que escutei a autoidentificação dessa conselheira. Lembro-me de uma plenária do CMAS, da qual eu participei, que esta mesma mulher manifestou seu descontentamento com o valor dos benefícios monetários, e com a qualidade e quantidade das cestas básicas concedidas à época. Nessa manifestação, uma pergunta me fez paralisar o pensamento: *“Só porque sou preta, vocês acham que eu tenho que andar fedida?”* A conselheira exemplificou que o valor do benefício não dava para comprar, além de alimentos, nem um desodorante, o que é considerado item de higiene pessoal. Nessa manifestação, ela também exemplificou como naturalizamos, por meio de diferentes mecanismos – individuais,

sociais e institucionais – que as necessidades humanas da população negra e pobre são invisibilizadas. No caso citado, é como se “cheirar mal” e “estar suja” fosse próprio da pessoa que é negra e pobre, logo, não há o que se fazer. Deixemos como está.

Desestabilizar a ordem das coisas me pareceu ser uma constante no percurso pós encontro com a política de Assistência Social experienciado pela conselheira. Nesse percurso, a entrevistada encontra professora e estudantes de psicologia, contribui nas articulações territorializadas no trabalho da psicologia nas comunidades, faz palestras em diferentes espaços, torna-se assessora parlamentar de mandato progressista. O encontro com o SUAS foi explosivo, explosão esta que quase foi às vias de fato. A conselheira, quando do bloqueio de seu benefício do Bolsa Família, foi ao seu Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de referência, após vários desencontros, desde a informação recebida na lotérica. Naquele momento, o benefício do Bolsa Família era uma ferramenta imprescindível no movimento de superação da situação da violência de gênero sofrida, o que afetava também seus filhos. *“Você não tem noção do tanto que esse dinheiro é importante para mim”*. Depois de passar pela portaria, recepção e atendimento técnico, a conselheira relata ter encontrado acolhida na abordagem feita pela coordenadora do CRAS. *“Ela me pergunta sobre o que eu queria ali naquele momento. E eu disse pra ela: eu quero quebrar o CRAS!”*. Para sua surpresa, a resposta foi: *“Olha, você tem direito de quebrar o CRAS. Se é o que você quer, você pode fazer. Mas, vamos fazer um combinado? Me deixa te apresentar o quê que é Assistência Social e, no final, nós duas quebramos o CRAS!”*. A partir daí, informações sobre como funciona o CRAS, os serviços, o programa Bolsa Família, numa conversa franca e honesta

entre usuária e coordenadora, abriu-se a possibilidade de um percurso conjunto que foi sendo fortalecido pela participação no controle social.

A inserção no controle social, ainda sem saber ao certo o que é um conselho, e até o que é a política de Assistência Social, também foi um dos relatos da terceira entrevistada. A ex-conselheira encontra-se hoje afastada das atividades de controle social e participação no SUAS, em razão das demandas de cuidado de um neto, ainda bebê. Essa situação é muito comum dentre as usuárias do SUAS. A entrevistada relatou também que durante o período pandêmico, a sua participação foi intensa. A ex-conselheira esteve na mesa diretora e vice-presidência do CMAS no momento que em foi necessário aprender novos meios para encontrarmos, discutirmos, participarmos. Foram muitas as dificuldades na realização de reuniões, plenárias e até uma conferência histórica no modo virtual.

Foi por acaso que a ex-conselheira conheceu a Assistência Social. Foi a partir da realização de atividades de ginástica, ação do centro de saúde realizada no espaço do CRAS, que passou a conhecer o espaço e foi convidada por uma técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) para participar de um grupo de mulheres que seria desenvolvido pelo serviço. A partir desse grupo, a entrevistada passou a participar de mais atividades coletivas no CRAS até que a unidade mudou de endereço e ficou muito distante de sua casa.

O retorno às atividades se deu por meio das mobilizações feitas pela equipe do CRAS para participação nas pré-conferências de Assistência Social. Na ocasião, a concessão e a composição das cestas básicas estava sendo discutida no âmbito do controle social da Assistência Social. Esse tema chamou atenção da entrevistada que conhecia

muitas mulheres em seu bairro que recebiam a cesta e tinham críticas com relação ao que era concedido. Além desse tema, os cortes de atividades de passeios e lazer que aconteciam em grupos de convivência também mobilizaram a ex-conselheira a querer entender como que funciona a Assistência Social.

Além dos apontamentos apresentados pelas entrevistadas anteriores, a ex-conselheira afirma que a falta de tempo é um fator de difícil conciliação e que dificulta a participação nas instâncias de controle social. *“É muito falado que tem que participar, mas, como que participa se tem que trabalhar, colocar a criança na escola? Quando consegue vaga, tem horário pra colocar a criança na creche”*. A entrevistada avalia que agora está mais fácil conseguir vaga em creche, porém há mais demandas de cuidados com as crianças para que as mulheres possam participar. Lembra do espaço para crianças que são organizados nas conferências e menciona que, por acontecerem geralmente aos finais de semana, possibilitam maior participação das mulheres usuárias que são responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas.

A entrevistada participou pela primeira vez de uma conferência de Assistência Social em 2014 pra conhecer, por curiosidade. *“Confesso que não entendi nada do que aconteceu lá na época. Foi lá naquele hotel no centro, um mega evento e tudo, mas não sabia o que acontecia lá. Pra mim era só um evento”*. A entrevistada completa: *“Muita gente eu ficava observando que não prestava atenção do que estava acontecendo lá. Pra mim era um evento que a prefeitura convidava as pessoas, mas não sabia da seriedade do que estava sendo feito ali”*.

Depois da conferência, uma técnica do CRAS a convidou para se candidatar para o Conselho, que ela “também não entendia”. Segundo a entrevistada: “Entrei sem entender

nada. Muita coisa eu entendi lá. Só quando eu entrei”. Esse relato concorda com o relato da segunda entrevistada que também avalia que o aprendizado do controle social se dá no próprio exercício dessa participação. As conferências seguintes das quais a ex-conselheira participou, esta já estava como conselheira, como secretária da mesa diretora e como vice-presidenta.

“As pessoas confiam na gente para estar lá representando”. Na experiência da ex-conselheira, a importância da escuta das necessidades das usuárias e usuários de seu território foi apresentado como o que dá sentido à participação, mesmo quando não se sabe ao certo como será essa participação. Além disso, a entrevistada reforça que todos precisam ter capacitação sobre o controle social no SUAS, incluindo gestores e trabalhadores.

Ao final da entrevista, a entrevistada se apresenta como uma mulher preta que, apesar das dificuldades vivenciadas por uma família pobre, reconhece os esforços de seus pais para que estudasse. Seu desejo é conseguir fazer uma faculdade em breve.

Comentários finais

Nessa última parte do capítulo, quero deixar uma síntese das minhas percepções na interação em situação de entrevista com as conselheiras, reconhecendo meu conhecimento do dia a dia do controle social em Belo Horizonte por ter sido conselheira municipal. Espero que essas afirmativas sirvam na geração de reflexões nos espaços formativos do controle social no município, assim como “abalem as estruturas” do que estiver excessivamente formatado, e “movimente” as nossas sociabilidades no sentido emancipatório.

- Mesmo com as dificuldades geradas pelas situações de vulnerabilidades, riscos sociais e violências que as usuárias vivenciaram ao longo de suas trajetórias, com condições materiais e acompanhamento socioassistencial pelas equipes de referência, é possível que as usuárias e usuários sejam protagonistas no exercício do controle social e na participação em seus territórios de moradia.
- Essas condições materiais consistem em: alimentação, transporte, apoio próximo e solidário na leitura e compreensão das normativas e demais documentos requeridos para o exercício do controle social, apoio no cuidado a crianças e pessoas que estão sob seus cuidados (como escola em tempo integral, cuidadores sociais etc.), flexibilização e diversificação das possibilidades de horários de encontros e reuniões.
- O aumento de tarefas no exercício do controle social aconteceu muito rápido para todas as entrevistadas. Ser conselheira estadual e participar da presidência do conselho são algumas das responsabilidades que foram somadas às atividades mais rotineiras dos conselheiros municipais de Assistência Social para as entrevistadas. Essa rapidez no envolvimento com as instâncias formais de controle social deve ser acompanhada das condições materiais e acompanhamento mencionados anteriormente, especialmente para que o trabalho de base em seus territórios seja potencializado, e não minados, por conta do aumento das tarefas que se voltam para o próprio funcionamento e ritos das instâncias.
- Outro desafio é o de mobilização e de capacitação para que mais usuárias e usuários participem

das instâncias de controle social. Aqui, considero ser fundamental a priorização do caráter político do trabalho social. O trabalho social requer a construção conjunta com os usuários de condições de possibilidade para a organização e exercício de representação política nas instâncias participativas e de controle social das pautas dos segmentos e territórios representados. Essa construção requer formação política contínua.

- Em todas as experiências escutadas, o exercício prático do controle social, no dia a dia, foi o principal fator para o aprendizado do que é o controle social do SUAS, do que é a política de Assistência Social e o SUAS.
- As opressões de gênero e de raça/cor não são discutidas de forma aprofundada no dia a dia da participação no controle social no SUAS. Tenho como hipótese que, por essa razão, temos mais dificuldades de nomear as razões dessas opressões quando vivenciadas nesses espaços que, por regra, são participativos e democráticos, e são concebidos, de forma naturalizada, como isentos a esse tipo de discriminação.
- Ser conselheira de Assistência Social é uma forma de construir um modo de ser no mundo marcado mais pela potência de ser cidadã, e menos pelas marcas das vulnerabilidades sociais e violências que definem o que é o usuário e a usuária da Assistência Social. Apesar de ser essa a prerrogativa para serem conselheiras representantes de usuários no segmento da sociedade civil, ser conselheira as possibilitaram configurar um modo de ser marcado pela potência do agir no falar e

ser escutada em um espaço político, assim como no processo de aprendizado coletivo e solidário, por meio da prática e das vivências com os demais participantes nesses espaços.

- O exercício do controle social possibilita ampliar as redes pessoais e conhecer as demandas de diferentes territórios e segmentos da sociedade civil do município, assim o conhecimento de outras realidades municipais e estaduais brasileiras, o que foi considerado como experiências inimagináveis antes de participarem do controle social do SUAS.
- Podemos caracterizar, então, a participação no controle social do SUAS como um fator de proteção social, especialmente no que esse exercício proporciona em termos de convívio, autonomia e aprendizado para a cidadania. Porém, vale ressaltar que essa participação, sem os exercícios permanentes do **olhar** e da **escuta**, pode cair mais facilmente no caminho da naturalização de um fazer participativo formatado e inerte às particularidades das formas de exploração e opressão que compõem o movimento dialético de exclusão-inclusão ao qual me referi no início do texto.

Referências

BARBOZA, M. A. G.; FIRMINO, C. E. **Participação popular e controle social no Sistema Único de Assistência Social**: uma introdução crítica. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

CARVALHO, C. C. **Assistência social, sociedade civil, gestão democrática e participativa**: desafios e possibilidades no controle social da política municipal de assistência social de Belo Horizonte. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) – Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2013.

ANGELA Davis no Brasil // Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. [S. l. s. n.], 2017. 1 vídeo (156 min). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_t_2ExQyV8. Acesso em: 8 out. 2023.

PINHEIRO, M. M. B. **Caderno de orientações**. Controle social no Sistema Único de Assistência Social. Belo Horizonte: SEDESE, [2016?].

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 2009.

The image features a background of a repeating geometric pattern of triangles in various shades of green. In the center, a white rectangular box with rounded corners contains the title text. Above and below this box are two large, stylized white hands, palms facing each other as if holding the box. The hands are simple, clean shapes with no fingers or thumbs visible.

Relatos de experiências

1. Os desafios do controle social no contexto da pandemia: a experiência da presidência do CMAS-BH em 2020

Carlos Eduardo Firmino¹

Isabela de Vasconcelos Teixeira²

Introdução

O presente relato tem como objetivo apresentar os desafios e as estratégias utilizadas na condução dos processos da gestão do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, o CMAS-BH, após a declaração de Situação de Emergência em Saúde Pública, no município, em 17 de março de 2020 (Decreto Municipal nº 17.297), em decorrência da pandemia de covid-19.

Após a declaração da situação de emergência em saúde pública, bem como da publicação de uma série de medidas de prevenção ao contágio e à propagação do novo coronavírus, também por meio de atos normativos do executivo municipal, o CMAS-BH se deparou com uma questão aparentemente insolúvel: como garantir o funcionamento de uma instância de caráter democrático e participativo, cujo elemento central é o estabelecimento do diálogo, das

¹ Psicólogo, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, especialista em Teoria Psicanalítica, especialista em Direitos Humanos. Integrante do Coletivo Trabalhadoras Negras do SUAS-BH.

² Analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e atua na Política de Assistência Social desde 2013. Atualmente é Diretora de Orçamento, Planejamento e Finanças da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

possibilidades de tomadas de decisão de forma conjunta, em tempos nos quais o distanciamento se faz necessário? Ou, com o passar do tempo, quais estratégias possíveis para sustentar a lógica da participação, e o caráter democrático citado acima, em meio a desigualdade de acesso às chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)?

Na sequência serão apresentados os principais desafios, estratégias e aprendizados surgidos no contexto em questão.

O começo de tudo

Após a caracterização da situação de emergência em saúde pública no município, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, a SMASAC, publicou a Portaria nº 036, de 19 de março de 2020, ato que dispôs sobre medidas temporárias para fins de prevenção ao contágio e à propagação do covid-19 em seu âmbito institucional. No referido documento, entre outros aspectos, definiu-se quais serviços do SUAS-BH seriam considerados essenciais e, portanto, manteriam atividades presenciais, bem como estabeleceu o regime de teletrabalho para as demais unidades sob a responsabilidade da Subsecretaria de Assistência Social (SUASS). O regime de teletrabalho se aplicou também ao funcionamento da Secretaria Executiva do CMAS-BH e, em última instância, ao próprio conselho. A partir daí, foram suspensas as reuniões presenciais de comissões de trabalho, mesa diretora e plenária, as visitas institucionais e os atendimentos presenciais realizados com as entidades e organizações de assistência social.

Essas restrições surgiram justamente no período em que as entidades e organizações de assistência social se preparavam para a entrega do Relatório de Atividades do

ano de 2019 e do Plano de Ação do ano de 2020, documento que, conforme as normativas da área, com destaque para a Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social, é obrigatório para a regularidade das inscrições dessas nos conselhos. Tais documentos devem ser entregues, anualmente, até o dia 30 de abril. Desse modo, a primeira decisão importante a tomar naquele momento dizia respeito a esse processo da entrega. E como fazê-la? Tal processo exigiria a publicação de uma resolução, mas não teríamos plenárias ou mesmo reunião da Mesa Diretora nos próximos dias.

As decisões tomadas pela Mesa Diretora, no seu rito regular, se dão por meio de reuniões presenciais realizadas na sede do Conselho, de duas em duas semanas. As decisões que têm implicações deliberativas são apresentadas no plenário, para votação e deliberação por parte das conselheiras e dos conselheiros presentes. No início da pandemia ainda não sabíamos quanto tempo as medidas de isolamento iriam levar. Inicialmente, a fim de que as atividades mais imediatas e inadiáveis do CMAS-BH não ficassem paralisadas, o caminho encontrado, que veio a se tornar a direção de trabalho no início da pandemia, foi estabelecer diálogos por meio do grupo da Mesa Diretora no aplicativo de mensagens WhatsApp. Compete à Mesa Diretora do CMAS-BH, conforme artigo 15 do seu regimento interno (Resolução CMAS-BH nº 66, de 21 de dezembro de 2016), entre outras atribuições, “decidir, *ad referendum*, acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário”. Esse foi o caráter dessa primeira decisão tomada, a respeito da suspensão, por tempo indeterminado, da entrega dos relatórios e dos planos de ação pelas entidades socioassistenciais. Vale ressaltar que essa tomada de decisão foi estabelecida a partir do diálogo, via

contatos telefônicos, entre o presidente e a vice-presidenta, e desses com as representações da sociedade civil e do executivo municipal. Tal aspecto sinaliza um esforço e, ao mesmo tempo, um aprendizado acerca do que é propriamente participar e realizar controle social no âmbito da política. O “de acordo” no grupo de mensagens de WhatsApp e, posteriormente, via e-mail, foi precedido do diálogo, da argumentação, do estabelecimento de critérios calcados nos “prós” e nos “contras”.

Embora vivêssemos um período de incertezas e dúvidas – afinal, era a primeira semana de vigência do Decreto Municipal nº 17.297 – essa experiência nos apontou que a natureza deliberativa do conselho poderia ser mantida, ainda que de forma limitada (*ad referendum*). É importante lembrar que estamos falando de março de 2020. Naquele período, havia muitas incertezas sobre o cenário pandêmico. Circulava, por exemplo, uma ideia surgida não se sabe de onde, de que poderia durar em torno de três meses. Outra, independentemente do espectro político de quem relatava, dizia que seria uma espécie de gripe leve pela qual passaríamos, digamos, em paz. Infelizmente, o tempo nos mostrou o contrário. Vivemos três anos de pandemia e 704.488 pessoas foram vítimas da doença³.

Da organização dos processos

De posse dessa primeira experiência, coube à presidência, à Mesa Diretora e à Secretaria Executiva do CMAS-BH organizar a dinâmica de funcionamento dessa instância, para a retomada de processos administrativos, mas, principalmente, de processos de diálogo e deliberação sobre os

³ Dados atualizados em 18 jul. 2023. Disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>.

temas relevantes no contexto da pandemia para a assistência social. Inicialmente, do ponto de vista institucional, era importante responder às demandas imediatas, cuja não realização poderia trazer implicações para a garantia das provisões dos serviços, programas e benefícios do SUAS-BH. Inserem-se aqui procedimentos relacionados ao Sistema de Gestão e Transferências Voluntárias (SIGTV), sistema que organiza as emendas parlamentares direcionadas ao Sistema Único de Assistência Social, Termos de Aceite, Planos de Serviços, que são instrumentos de cofinanciamento do SUAS (neste caso, de transferência de recursos do governo federal para a esfera municipal), cuja aprovação precisava ser realizada dentro do prazo, caso contrário poderia implicar na perda de recursos financeiros para o município. Essas ações ficaram a cargo da presidência e da secretaria executiva, com o apoio do órgão gestor do SUAS-BH.

Ao mesmo tempo, com a retomada parcial de atividades do Conselho, questionamentos se tornaram cada vez mais frequentes e relevantes, advindos das(os) próprias(os) conselheiras(os), principalmente de representantes da sociedade civil: como vamos funcionar agora? Até quando as atividades deliberativas ampliadas do CMAS-BH ficarão suspensas? Como serão realizadas as reuniões das Comissões Permanentes, da Mesa Diretora? E as Comissões Locais de Assistência Social, as CLAS, e os Conselhos Regionais de Assistência Social, os CORAS? Como possibilitar a participação de usuárias e usuários nas atividades do Conselho neste contexto de isolamento social? Que orientações deverão ser produzidas e que medidas devem ser adotadas para a garantia da participação e do controle social nessas instâncias? Como o Conselho irá abordar e deliberar sobre as questões mais urgentes impostas pelo contexto da pandemia, como o agravamento das situações

de vulnerabilidade e risco social e o agravamento das situações de violação de direitos? Como o Conselho poderia atuar para contribuir para a promoção dos direitos socioassistenciais neste momento? Como garantir o funcionamento dos serviços socioassistenciais para que a população mais vulnerável e com demandas urgentes advindas da pandemia pudessem acessá-los?

A partir dessas perguntas, no mês de abril, deu-se início à produção de uma série de informativos dispondo sobre a organização e o funcionamento do CMAS-BH. O primeiro deles, o Informativo CMAS-BH 01/2020, previu o retorno das agendas da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes em formato remoto. Essas passaram a ser realizadas por meio da ferramenta Google Meet, utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte. No informativo foi ressaltado que a Mesa Diretora e as Comissões deveriam priorizar as pautas essenciais para o funcionamento do CMAS-BH, para a manutenção do SUAS-BH no contexto da emergência em saúde pública e para a adequada provisão dos serviços socioassistenciais e das estratégias implementadas naquele momento. Caberia, ainda, por parte da Secretaria Executiva, o registro das discussões e o envio para a ciência das conselheiras e dos conselheiros. O Informativo CMAS-BH 01/2020 também ressaltou que deveriam ser observadas as possibilidades de participação de conselheiras(os). Se precisasse, as reuniões poderiam ocorrer via telefone, sem necessariamente utilizar a internet.

Aqui, vale destacar um ponto: desde o início, a dificuldade de acesso à internet de qualidade ou mesmo aos aparelhos necessários para a conexão (smartphones, tablets, computadores) se apresentou como um grande obstáculo e um verdadeiro dilema. Esse era um fenômeno já presente na realidade brasileira, como expressão da desigualdade

social do país, mas, que se tornou evidente com o contexto da pandemia, principalmente no que diz respeito à busca de acessos aos programas de transferência de renda e à vida escolar de estudantes pobres. Certamente, esse foi um dos maiores desafios enfrentados em nossa experiência como presidência no período. Isso porque, no contexto pandêmico, as TICs tornaram-se recursos e insumos essenciais para o funcionamento remoto do conselho. Por esse motivo, longos debates a respeito da garantia de telefones, tablets, chips com internet de qualidade, por parte do executivo municipal fizeram, e ainda fazem, parte das discussões do CMAS-BH.

É importante ressaltar que, embora não tenham sido garantidos os insumos citados no parágrafo anterior, no decorrer de 2020, o órgão gestor do SUAS-BH criou estratégias para que conselheiras(os) usuárias(os) tivessem acesso à internet nas unidades socioassistenciais e nas diretorias regionais para a participação das comissões, plenárias e reuniões da Mesa Diretora. Se, a princípio, essas estratégias não foram vistas como eficazes, inclusive pelo presidente em exercício, ao longo do tempo demonstraram ser um importante recurso de garantia da participação.

O retorno das plenárias e os novos dilemas

Já cientes de que a pandemia iria durar mais tempo do que imaginamos, tínhamos o desafio de retomar o funcionamento da dinâmica habitual do CMAS-BH, sobretudo das plenárias. Nessa época, meados de julho, já era lugar comum a fala de que estávamos vivendo o “novo normal”. Expressão curiosa, posto que um dos pontos que a pandemia evidenciou, principalmente ao escancarar a desigualdade

social brasileira, foi que havia algo errado com o que considerávamos, até então, normalidade. Nada de nossa experiência social saiu incólume desse processo. Assim sendo, também nos coube perguntar o que era a normalidade nos aspectos ligados à participação e ao controle social. Houve muitas críticas naquele período, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte da representação governamental. Críticas que apontavam que era fundamental retomar a instância máxima de deliberação do Conselho, o pleno, e que as decisões *ad referendum* não eram suficientes. São os ônus e os bônus de conduzir a gestão de uma instância tão importante em uma capital cujo SUAS é referência nacional.

A realização de plenárias propriamente ditas retornou no dia 15 de julho de 2020⁴. Na ocasião, coube à presidência, com o apoio de toda a Mesa Diretora e da Secretaria Executiva, apresentar a proposta de dinâmica das plenárias virtuais, assumindo, de saída, que erros e acertos fariam parte da nova etapa. Foram feitos combinados de cunho prático tais como o tempo de fala, modo de inscrição (via chat ou microfone), manifestação dos votos (via chat ou microfone), entre outros. Na ocasião, também foi apresentado o conjunto de Resoluções aprovadas *ad referendum* pela Mesa a serem submetidas à análise do pleno e uma série de debates e construções realizadas pelas Comissões Permanentes. Além disso, destacou-se os esforços da Secretaria Executiva do CMAS-BH para retomar o seu trabalho cotidiano, incluindo as visitas e outros procedimentos relativos à inscrição e ao acompanhamento das entidades e organizações de

⁴ Em 25 de maio de 2020, ocorreu uma Mesa Diretora Ampliada, via Google Meet, com a presença de conselheiras(os), do órgão gestor do SUAS-BH e de pessoas interessadas. Na ocasião, foram debatidas, entre outros pontos de pauta, as estratégias adotadas pela SUASS para a proteção social da população em situação de rua no contexto da covid-19. Essa foi a primeira experiência com um número maior de participantes, incluindo o CMAS-BH e demais pessoas interessadas.

assistência social. Dissemos também sobre a solicitação formal, feita à SUASS, para a compra de *chips* de telefonia para viabilizar a participação das conselheiras/os nas agendas do CMAS-BH⁵.

Estávamos certos dos desafios que viriam pela frente, principalmente no que diz respeito ao processo eleitoral, já que o mandato em curso se encerraria em 2020. Realizamos articulações com o órgão gestor e diversas agendas com a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel), porém, apesar dos esforços, assim como em outros conselhos, a eleição só ocorreu em 2021⁶.

Neste período, foi priorizada a discussão e a deliberação dos temas mais relevantes para a Política Municipal de Assistência Social no contexto da pandemia, tais como: o crescimento do número de famílias em condição de pobreza e extrema pobreza; o agravamento das situações de vulnerabilidade social e de violação de direitos; o acesso pela população aos programas emergenciais de âmbito federal, estadual e municipal; as estratégias para a retomada das atividades presenciais de serviços, programas e cadastro único no âmbito municipal que estavam funcionando exclusivamente em formato remoto; como ampliar as possibilidades de participação da sociedade civil, principalmente usuárias e usuários, nas atividades remotas do CMAS-BH.

Merece destaque, pelo menos, três importantes construções e deliberações do período, a saber:

1. O debate e a aprovação do plano de aplicação dos recursos extraordinários oriundos do governo fe-

⁵ Posteriormente, foi informada, pelo órgão gestor, a impossibilidade dessa compra em virtude do regramento interno da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁶ Com base no entendimento das representações da sociedade civil, sobretudo em virtude das dificuldades de acesso às TIC, o CMAS-BH decidiu não realizar o processo eleitoral em 2020.

- deral para as ações de enfrentamento dos impactos da covid-19, com destaque para a ampliação de 800 benefícios na cota da assistência social no Programa Bolsa-Moradia da URBEL;
2. O debate, por meio da Comissão de Política, e a aprovação pelo pleno das Diretrizes para a organização gradual das atividades presenciais do SUAS-BH após a flexibilização das medidas de isolamento de prevenção e contenção da contaminação pela covid-19;
 3. A construção e a publicação da Resolução CMAS-BH nº 34/2020, que dispôs sobre a regulamentação, a organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) no município de Belo Horizonte (MG).

Considerações finais

“De tudo ficou um pouco”, diz Drummond no poema “Resíduo”. Dessa experiência, alguns apontamentos podem ser feitos. O primeiro deles, citado ao longo do texto, tem sido repetido muitas e muitas vezes nos debates desde então: participação social tem custo e requer insumos, condições concretas e materiais. Acrescenta-se o fato de que o período em questão deixou evidente que sem a participação da sociedade civil, com suas críticas, contribuições e proposições, não é possível construir um SUAS nos moldes democráticos e participativos, nem mesmo pensar a adequada provisão de serviços, programas, projetos e benefícios. A participação segue

sendo a força motriz da assistência social, mesmo em tempos de crise e tamanho sofrimento.

Outro elemento a se destacar é a possibilidade de construção de diálogos. Não sem conflitos, não sem, eventualmente, momentos em que o rito, nas plenárias, comissões e na Mesa Diretora, cedeu lugar a afetos, emoções e comportamentos inadequados. Mas, podemos afirmar, sem o menor risco de errar na análise, que, acima de tudo, como presidência do CMAS-BH nesse período desafiador e devastador, prevaleceu a tentativa de construir um caminho possível de sustentação do espírito democrático, por meio das negociações, da escuta e da abertura. Certamente, erramos e aprendemos juntas e juntos. No entanto, fizemos o esforço de praticar aquilo que é próprio das instâncias de participação e da relação humana na cultura: a política.

2. Os desafios do controle social no contexto da pandemia de covid-19

Lúcio Luiz Tolentino¹

Heomenegilda Lopes Sales²

Velho Ano Novo: agravamento da pandemia de covid-19 e ampliação da participação social

Nas primeiras reuniões da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), em 2021, foi pactuada a mudança de gestão na presidência do Conselho, passando esta de representação da sociedade civil para representação governamental.

O contexto também apontava para a necessidade de ampliar e fortalecer a participação e o controle social como forma de resistência política na defesa dos dispositivos de participação popular na condução da política pública de assistência social, uma vez que havia tentativas de fragilização dos dispositivos democráticos no país.

Se, em 2020, o CMAS-BH teve que se reorganizar para manter e reativar processos de trabalho que lhe permitiram funcionar e sustentar seu papel institucional em contexto de pandemia, tornou-se prioridade, em 2021, a realização de

¹ Cientista Social, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Analista de Políticas Públicas, vinculado à Política Pública de Assistência Social em Belo Horizonte. Ex-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e atual Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social/Subsecretaria de Assistência Social (SMASAC).

² Conselheira Municipal de Assistência Social-BH representante do segmento de usuários, entre os anos de 2016 a 2021, vice-presidente do CMAS durante os anos de 2020 e 2021, representante do CORAS Pampulha (2016 a 2021).

processo eleitoral, adiado anteriormente por meio de prorrogação de mandatos dos conselheiros da gestão anterior.

Além do processo eleitoral do CMAS-BH, outro desafio no horizonte dos próximos meses era a realização da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social, evento fundamental para a sustentação da participação e do controle social no município, em contexto de isolamento social concomitantemente à tentativa de fragilização de instâncias de controle social no país.

Mas a clareza maior neste momento de alternância na presidência do CMAS-BH era a necessidade de interlocução ativa sobre os desafios da política pública de assistência social em decorrência dos gravames da pandemia: a essencialidade das provisões socioassistenciais diante da crise sanitária, econômica, política e social instaurada no país; a volta da fome, associada à queda da renda e aumento do desemprego; e a análise das limitações trazidas na dinâmica dos serviços socioassistenciais pela continuidade do necessário isolamento social como medida preventiva de preservação da vida.

Estávamos nos meses de fevereiro e março de 2021, em contexto de dúvidas sobre como fazer a mudança de gestão no CMAS-BH, mas com a certeza da necessidade de inovar e potencializar a participação e o controle social no município.

No início de 2021, o contexto da pandemia de covid-19 se agravou no Brasil. Em 7 de dezembro de 2020 foram registrados 27 mil novos casos diários, com perspectiva de queda, o que gerou certo otimismo na sociedade sobre a possível retração da pandemia. Porém, em 7 de janeiro de 2021, foram registrados 88 mil novos casos diários. A causa provável deste aumento abrupto foram as festas de fim de ano em 2020, contexto em que muitas pessoas se aglomeraram, mesmo diante das recomendações do “fique em casa”.

O contexto da pandemia no Brasil, em janeiro e fevereiro de 2021, era caracterizado por seu agravamento. Na primeira quinzena de janeiro, o Brasil atingiu o número de 200 mil mortes, com recordes diários, sendo que em 7 de janeiro foi registrado recorde de 1.841 pessoas mortas em 24 horas. Neste momento era noticiado, também, o surgimento de novas variantes, identificadas no Reino Unido, na África do Sul e em Manaus. A capital do Amazonas passou por momentos trágicos decorrentes da superlotação de unidades de tratamento, associada à ausência de suprimento de oxigênio.

Nesse momento de aumento diário no número de mortos foi noticiado, em 17 de janeiro, um dia após a aprovação do uso emergencial de duas vacinas pela Anvisa, sendo que na mesma semana os estados já iniciavam a campanha de vacinação.

Em fevereiro, o Brasil permaneceu em momento de grande tensão, pois foi registrado na maioria dos dias, mais de mil mortes. Neste mês, o número acumulado de mortes aproximou-se de 250 mil.



O desafio de realização de processo eleitoral de representantes da sociedade civil no CMAS-BH para a Gestão 2021/2023 e a ausência de priorização da vacinação no campo socioassistencial

A comissão eleitoral, instituída pela Resolução CMAS-BH nº 018/2020, interrompeu seus trabalhos iniciais no final de 2020, diante de outras prioridades, e foi retomada em março de 2021 com a tarefa de tornar possível a realização do processo de eleição no conselho.

Mas como realizar processo de tamanha magnitude sem conhecimento para desenvolvê-lo, uma vez que todos aqueles realizados anteriormente ocorreram de maneira presencial? Como garantir a possibilidade de manter o rigor necessário em processos de votação sem os eleitores saírem de casa? Quais recursos tecnológicos seriam necessários? A única certeza que se tinha era a necessidade de “reprocessar os processos anteriores”, ou seja, transformar toda a experiência acumulada nos processos anteriores em processos virtuais, na medida do possível. Mas, qual era o contexto da pandemia neste momento, em março de 2021? Registros diários no número de mortes e novos casos de covid-19 no Brasil.

Em 26 de março, o Brasil registrou o pior dia da pandemia até aquele momento, com 3.600 mortes e 82.558 novos casos confirmados em apenas 24 horas.

O Instituto Butantan anunciou uma nova vacina, a ButanVac, produzida totalmente no país.

Em 24 de março, registraram-se mais de 300 mil mortes desde o começo da pandemia. O país passou a ser o que apresentava o maior número de mortes diárias por covid-19.

No dia 15 de março, ocorreu nova troca de ministro da Saúde no país, com a substituição do general Eduardo Pazuello por Marcelo Queiroga. O período em que o general permaneceu como ministro foi caracterizado pela defesa de tratamentos precoces contra a doença, comprovadamente ineficazes, denúncias de morosidade do programa de vacinação e pela crise de abastecimento de oxigênio em Manaus.



O processo eleitoral para a composição dos nove Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) de Belo Horizonte e a eleição de representações da sociedade

civil para o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte para a gestão de 2021 a 2023 foi organizado neste contexto de recordes diários nos números de casos e de mortes no Brasil. Foi convocado e realizado no período de maio a julho de 2021.

A Presidência, Mesa Diretora, Secretaria Executiva, conselheiros representantes da sociedade civil e do governo na Comissão Eleitoral, com o apoio fundamental das Diretorias Regionais de Assistência Social, da Prodabel e da Fundação Municipal de Cultura, se colocaram a trabalho para tornar o processo possível.

De maio a junho foram realizados encontros preparatórios para divulgação, mobilização e ampliação da participação no processo eleitoral, concomitantemente à preparação para a Conferência Municipal de Assistência Social. A existência de 43 Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) ativas nas 9 regionais administrativas de Belo Horizonte foi fundamental, pois nelas a participação social no processo eleitoral ganhou força e exigiu inovações.

Em abril e maio de 2021, a pandemia continuava a produzir grande apreensão pela elevação do número de casos e de mortes no Brasil.

Em abril, o Brasil atingiu a marca de 400 mil mortes por covid-19. O mês se tornou o mais letal da pandemia no Brasil, com mais de 67 mil mortes confirmadas.

Em 26 de abril, o número de mortes no ano de 2021 já superava o mesmo número referente a todo o ano de 2020. Foi instaurada, no dia 27 de abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal para investigação de denúncias de omissão por parte do governo Federal na condução das ações de enfrentamento da covid-19, bem como possíveis desvios de verbas.



O projeto Coronavírus Brasil listou a evolução de mortes confirmadas por covid-19. Novo recorde diário de mortes foi registrado em 08 de abril, com registro de 4.249 mortes em 24 horas.

No dia 11 de maio, o país registrava mais de 425 mil mortes. O Brasil passou a marca de 15 milhões de casos de covid-19 contabilizados. Neste mês, era anunciado que foi identificada no Rio de Janeiro nova variante do Coronavírus que se tratava de alteração da variante identificada em Manaus.



O processo eleitoral precisava ser iniciado a partir da escolha de representação das CLAS nos respectivos CORAS, o que demandava a organização das atividades por meio de recursos virtuais e on-line de maneira a garantir, na dinâmica das reuniões:

- I. A contextualização dos objetivos e da dinâmica proposta para as reuniões;
- II. A definição, a apresentação e a identificação das candidatas e dos candidatos dentre os presentes;
- III. Momento de fala das candidatas e dos candidatos usuárias e usuários;
- IV. Momento de votação direta pelas eleitoras e eleitores, representantes de usuárias e usuários presentes.

A eleição de representações das 43 Comissões Locais nos Conselhos Regionais de Assistência Social ocorreu em junho de 2021 de maneira altamente satisfatória, pois para a surpresa da Comissão Eleitoral, além de ter mobilizado muitos eleitores no município, a dinâmica das reuniões virtuais promoveu a inclusão digital dos participantes. Mais especificamente, o trabalho desenvolvido pela Secretaria Executiva do conselho,

com tutorial e orientação em tempo presente, ensinando a utilizar as funções do aplicativo de reunião, provocaram efeito coletivo de aprendizagem, de reconhecimento da facilidade e, principalmente, da possibilidade de participação. É muito relevante deixar isto registrado nesta experiência, pois havia, por parte dos participantes usuárias e usuários do SUAS, a narrativa do “não saber usar esses recursos”, mas ao utilizarem os aplicativos com orientação, saíram do processo de dúvidas de suas capacidades para a comemoração e satisfação coletiva ao constatarem que aprenderam a votar e a utilizar os aplicativos em seus dispositivos eletrônicos em cada reunião de eleição nas CLAS. Tratou-se, certamente, de momento relevante de educação popular, em que uns aprenderam com os outros, ocorrendo superação de incertezas sobre a capacidade de utilizar tais recursos tecnológicos.

Na sequência do processo, no período de 6 a 16 de julho de 2021, foram realizadas assembleias eleitorais para composição do CMAS-BH com representante de usuárias e usuários dos nove CORAS do município, por meio de aplicativo de reuniões virtuais.

As demais assembleias de eleição de representações de trabalhadores, de entidades socioassistenciais e de organizações de usuárias e usuários para o CMAS-BH ocorreram do final de junho até a última semana de julho de 2021. Também revelaram ampliação da participação desses segmentos, com aumento tanto do número de candidaturas quanto de eleitores no processo eleitoral. Ocorreram inovação e “reprocessamento” de atividades de processos eleitorais anteriores, presenciais, caracterizada pela possibilidade de deixar o processo de votação em aberto por mais de um dia, uma vez que era possível votar por meio de link distribuído aos eleitores e não somente em apenas algumas horas, como ocorria em assembleias presenciais.

Consolidou-se, neste momento no CMAS-BH, a certeza da possibilidade de promover mobilização e incentivar a participação social no processo eleitoral em contexto de isolamento social. Analisamos, na ocasião, que o acúmulo de aprendizagem e de experiências exitosas, ao longo do ano anterior, adveio das atividades do CMAS-BH retomadas de maneira virtual: reuniões de comissões, da mesa diretora, plenárias, e todas as demais passaram a ser realizadas por meio de dispositivos de reuniões virtuais. Hoje podemos perceber que se tratou de um importante momento de inovações na reorganização de processos de trabalho para fomentar a participação social, mas que estava dentro de um contexto maior de mudanças socioculturais: não somente no CMAS-BH, a pandemia de covid-19 e as consequentes medidas de isolamento social impulsionaram, de forma abrupta e inesperada, a necessidade de ampliação e de popularização das ferramentas de videoconferência e reuniões virtuais on-line.

Diferentemente de processos eleitorais anteriores, realizados de maneira presencial em contexto pré-pandemia, o desafio foi organizar eleições virtuais por meio de dispositivos que permitiram a participação por celulares, notebooks ou computadores nos domicílios dos eleitores ou em espaços preparados conforme as medidas de controle do contágio da covid-19 nas nove regionais administrativas do município para quem necessitasse deste tipo de apoio.

A 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte

A 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte foi convocada por meio do Ato Normativo Conjunto

CMAS-BH/SMASAC nº 01/2021. Foi realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2021. Teve como tema “Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.

O CMAS-BH, a partir da realidade municipal, propôs agregar aos cinco eixos apresentados nas recomendações nacionais temas afetos a realidade do SUAS, visando fomentar e ampliar o debate daquele processo conferencial, de forma mais crítica e analítica, com o objetivo de propiciar reflexões sobre os riscos, impactos e desafios colocados para a política de assistência social decorrentes da conjuntura social, econômica, política e sanitária do país. Para estimular tais reflexões, foi estabelecido como lema para a Conferência: “SUAS BH Juntos na luta e participação: Contra o descaso com municípios e a população”.

A Conferência foi realizada em um contexto de fragilização e extinção de dispositivos de participação e controle social no país. Assinado pelo Governo Federal, em 11 de abril de 2019, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu colegiados da administração pública federal, incluindo comitês e comissões, instituídos via decreto, que tinham o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil nas mais diversas áreas de políticas públicas.

As conferências de políticas públicas são instituições democráticas de discussão, reflexão e articulação coletiva em torno de proposições e estratégias de organização do campo de atuação. Têm como característica principal reunir representantes do governo e da sociedade civil para debater e decidir as prioridades nas políticas públicas nos próximos anos. Na medida em que diversos segmentos diretamente envolvidos com o tema das conferências participam dos debates, podem-se definir pactos para o alcance das metas e prioridades deliberadas, além de se constituírem, em suas

dinâmicas, em um espaço importante de troca de experiências e vivências. Como são realizadas em âmbito municipal, estadual e federal, uma conferência não se caracteriza como um evento isolado, mas sim como parte de um processo amplo de participação e de controle social fundamental para a democratização da gestão pública.

Neste contexto, a realização da conferência se caracterizou como um momento de resistência às concepções restritivas da participação social, bem como de resistência contra aquelas concepções que mais tarde viriam a se revelar como antidemocráticas que colocariam em risco o Estado Democrático de Direito no Brasil.

Devido ao contexto de emergência em saúde pública, em decorrência da pandemia de covid-19, a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social foi realizada à distância, por meio virtual e on-line. Para isto, foram organizados os meios e insumos necessários para prover a participação e a acessibilidade de todas as delegadas e todos os delegados, colaboradoras e colaboradores e convidadas(os).

Foram meses de organização e preparação da Conferência Municipal. As atividades se intensificaram em junho e julho de 2021, mas qual o contexto da pandemia de covid-19 na ocasião?

Em junho, a pandemia de covid-19 permanecia com alta letalidade no Brasil.

A média de mortes diárias ainda se apresentava acima de 2 mil diárias.

No dia 24 de junho foi registrado o número aproximado de 510 mil mortes acumuladas desde o início da pandemia. Foram registradas mais de 33 mil mortes neste mês.

Em julho, nova variante do coronavírus surgiu na Índia e se tornou grande ameaça mundial.



O desafio de realizar uma conferência totalmente virtual e on-line, considerando a amplitude do evento, exigiu, também, inovações e esforços coletivos do conjunto de usuárias e usuários, entidades, trabalhadoras e trabalhadores e gestoras e gestores municipais.

Ao longo do mês de julho de 2021, foram realizadas ações de orientação, informação e divulgação junto aos serviços, programas, projetos e nos espaços de CLAS e CORAS. Tais ações práticas propiciaram a discussão do tema, do lema e do conteúdo dos eixos da Conferência nas atividades e nas ações cotidianas dos equipamentos e unidades de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município. A força coletiva do SUAS em ação, contando com a atuação de conselheiras e conselheiros, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores e colaboradoras e colaboradores envolveu usuárias e usuários dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Serviço de Proteção Social Básica Regional, Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros POP, unidades de acolhimento, entidades e organizações de trabalhadoras e trabalhadores e das entidades socioassistenciais.

Já no final do mês de julho, foi realizado, também, um encontro de mobilização para a participação na Conferência, em âmbito municipal. Teve caráter não deliberativo, com o objetivo de mobilizar, estimular e potencializar a participação social, além de promover reflexões sobre o tema e o lema. Configurou-se, de fato, como momento de acesso à informação qualificada, com efetivo envolvimento da sociedade civil e de representantes governamentais.

De 2 a 13 de agosto de 2021, foram realizadas, também, assembleias de eleição das delegadas e dos delegados regionais e municipais, representantes de organizações de

usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores e de entidades socioassistenciais do município.

Após meses de preparação, como estava a pandemia em agosto de 2021, mês de realização da Conferência?

Após o agravamento da pandemia de covid-19 no Brasil em 2021, o mês de agosto trouxe a boa notícia de ser o mês com menor número de mortes no ano.

Foram registradas aproximadamente 24 mil mortes.

No dia 6 de agosto, metade da população brasileira estava vacinada com pelo menos uma dose das vacinas disponibilizadas, sendo que 22% já estava com vacinação completa.



A Conferência Municipal de Assistência Social ocorreu nos dias 27 e 28 de agosto, conforme planejado, e foi organizada para a participação de 800 delegadas e delegados, colaboradoras e colaboradores, apoiadoras e apoiadores empenhados no aperfeiçoamento, avaliação e consolidação da política de assistência social.

Debateu-se intensamente, além de outros temas, o papel do controle social no SUAS, com destaque para o lugar da sociedade civil e a importância da participação das usuárias e dos usuários, como também, o aprofundamento da fome, da desigualdade social e das desproteções sociais em razão de renda, gênero, raça, etnia, em contexto de situações de calamidade pública e emergência decorrente da pandemia de covid-19 e outros fatores sociais e climáticos.

A 14ª Conferência Municipal de Assistência Social atingiu seus objetivos, mesmo diante dos desafios inaugurados pelo contexto pandêmico. Configurou-se como espaço de caráter deliberativo que oportunizou debates,

reflexões e avaliações coletivas sobre a política pública de assistência social, gerando proposição de novas diretrizes, no sentido de consolidar e ampliar os direitos socioassistenciais das usuárias e dos usuários, inclusive com medidas voltadas para o enfrentamento de gravames decorrentes da covid-19.

A essencialidade dos serviços socioassistenciais e o contrassenso da ausência de prioridade na vacinação

Em 2021, vivenciamos no país, por consequência no município de Belo Horizonte, no campo socioassistencial a contradição entre o reconhecimento da assistência social como essencial no contexto da pandemia e a não inclusão, no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a covid-19, de trabalhadoras e trabalhadores da área.

O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamentou a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em seu art. 3º, considerou a assistência social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade como atividades essenciais, definindo no § 1º que “são serviços públicos e atividades essenciais, aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”.

Com base neste Decreto, a Portaria do Ministério da Cidadania (MC) nº 54, de 1º de abril de 2020, recomendou, com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da assistência social, medidas

e condições que garantissem a segurança e a saúde das usuárias e dos usuários e profissionais do SUAS.

Entretanto, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 do Ministério da Saúde, de janeiro de 2021, diferentemente dos profissionais do campo da saúde, não trouxe expresso o reconhecimento e a intenção de oferta da vacina aos profissionais do campo socioassistencial, apesar de ter como objetivo a vacinação prioritária para “a proteção dos grupos vulneráveis e a manutenção dos serviços essenciais”.

Diante do contrassenso entre, por um lado, o reconhecimento dos serviços socioassistenciais como essenciais no contexto de pandemia e das recomendações para seu funcionamento, e, por outro lado, a não inclusão dos profissionais da assistência social como grupo prioritário de vacinação, o CMAS-BH passou a atuar como espaço legítimo de demandar a superação desse contrassenso.

Por meio de comissão temporária voltada para a análise dos gravames da covid-19 no município, foram feitas diversas reuniões com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, foram remetidos ofícios para representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional, e diante da vacinação apenas de profissionais que atuavam nos serviços de acolhimento, por meio da Resolução CMAS-BH nº 010/2021, o conselho recomendou à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a inclusão, em caráter de urgência, das trabalhadoras e dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do município no Plano Municipal de Vacinação contra a covid-19.

Apesar da lentidão nas negociações e dos tensionamento necessários para este reconhecimento da vacinação como prioritária, uma vez que a assistência social se caracterizou como área essencial, a vacinação ocorreu gradativamente no município. Entretanto, merece destaque que não ocorreu

por meio da incorporação do campo socioassistencial como prioritário no Plano Nacional de Vacinação, mas sim por meio de alternativas construídas no próprio município. Grande contrassenso que merece atenção especial, diante de contextos emergenciais que possam surgir no futuro.

Insegurança alimentar e nutricional e o advento do Auxílio Belo Horizonte

Em 2021, uma das pautas que mais mobilizaram as atividades do CMAS-BH, em decorrência dos gravames da pandemia de covid-19, foi a insegurança alimentar. Após avanços históricos de combate à fome no país, a dificuldade de aquisição de alimentos estava de volta como pauta central.

De março de 2020 a novembro de 2021, foram distribuídas, pela Prefeitura de Belo Horizonte, cerca de 5,6 milhões de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A medida emergencial foi instituída poucos dias após a implantação de medidas sanitárias restritivas em virtude da pandemia da covid-19. O contexto era de suspensão de atividades presenciais nas escolas municipais, sem a garantia da alimentação escolar, e de comprometimento da renda de famílias mais vulneráveis e, conseqüentemente, vivenciando contexto de insegurança alimentar.

Em julho de 2021, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte informou a pretensão de encerrar a entrega das cestas básicas e remeteu projeto de lei para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) criando o Auxílio Belo Horizonte. Assim, quando as pessoas comesçassem a receber o auxílio, deixariam de receber as cestas básicas. Este anúncio gerou

intenso debate no município, em particular no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN).

O auxílio foi proposto em duas modalidades: uma com valor de R\$ 100,00 por seis meses, para famílias inscritas no CadÚnico e outros grupos atendidos por políticas sociais do município; associado a valor complementar de R\$ 100,00 como subsídio mensal de alimentação para famílias com estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino. Os debates evidenciaram o retorno da situação de pobreza extrema associada à fome, vivenciada por diversas famílias no município como gravame de efeitos da pandemia. A questão central que norteou os debates foi: a substituição das cestas básicas por auxílio com este valor faria sentido em contexto de agravamento da fome, uma vez que as cestas básicas teriam valor maior que o anunciado para o auxílio?

Tais debates geraram proposições de emendas, apontamentos e recomendações pelo CMAS-BH, consubstanciados por meio do Ofício CMAS-BH nº 251/2021, endereçado à CMBH, com proposições de uma distribuição mais equitativa de valores para o auxílio. O consenso criado na dinâmica do Conselho foi aumentar o valor do auxílio proposto e priorizar a extrema pobreza, criando faixas diferentes para extrema pobreza, pobreza e demais situações de insegurança social: para famílias que vivenciavam situação de extrema pobreza, aumentar o valor para R\$ 300,00; vivência de situação de pobreza, o valor de 200,00; e para outras situações de insegurança social, o valor de R\$ 100,00.

Após meses de debates no município, envolvendo atuação do CMAS-BH, do COMUSAN, da CMBH e do Governo, o auxílio Belo Horizonte teve o valor aumentado e redefinido, conforme proposto nos termos da Lei nº 11.314, de 5 de outubro de 2021.

Em setembro de 2021, um novo momento se instaura na dinâmica da pandemia, pois a vacinação começava a fazer efeito e a redução do número de mortes por covid-19 se tornava realidade.

O mês de setembro apresentou o menor número de mortes por covid-19 no país.

Foram registradas 16.275 mortes, que demonstrava a tendência de diminuição em decorrência dos avanços na campanha de vacinação.

Infelizmente, o país apresentava quase 600 mil mortes desde o início da pandemia.

Em 22 de setembro de 2021 o Ministério da Saúde recomenda a vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos.



Nesse mês, coincidiu a queda nos números da pandemia e a mudança de gestão do CMAS-BH, anunciando novos desafios para a participação e o controle social da política pública de assistência social no município.

Conclusão

Este relato de experiência buscou registrar a importante atuação do CMAS-BH em um período de anormalidade trazido pela pandemia de covid-19, com aumento da participação social e atuação proativa do Conselho Municipal de Assistência Social.

Diante dos efeitos da pandemia, um objetivo comum norteou a atuação do conjunto de conselheiras e conselheiros representantes da sociedade civil e do governo: a atuação proativa para traduzir necessidades socioassistenciais em ações emergenciais.

Se em 2020 o desafio foi garantir a reorganização de processos de trabalho, a participação social no CMAS-BH e reorganizar o funcionamento das provisões socioassistenciais para atuação em contexto de isolamento social, em 2021 o desafio foi avançar na perspectiva de ampliar a participação social e desenvolver atividades fundamentais de resistência diante dos acenos de fragilização das instituições de controle social, como conselhos e conferências, no país.

O CMAS-BH atuou de maneira democrática, com embates republicanos, ao mesmo tempo em que inovou nas formas de organização para o desenvolvimento de suas funções institucionais.

Finalizando este período, setembro de 2021 se configurou como momento de transição da gestão no CMAS-BH com a garantia da posse das novas conselheiras e dos novos conselheiros, eleitos no processo eleitoral para a gestão 2021-2023.

O percurso de desafios enfrentados pela intensa atuação do conjunto de conselheiras e conselheiros municipais de assistência social nos anos de 2020 e 2021, desde a origem da pandemia de covid-19, demonstrou que a força coletiva que se abre em momentos de crise produz, também, oportunidade de aprendizagem coletiva, com trocas intensas de saberes e vivências, alicerçadas pelo espírito de luta pela garantia e defesa de direitos.

Este relato de experiência tem a pretensão de registrar, em perspectiva histórica, os desafios e as estratégias utilizadas na condução dos processos da gestão do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, após a declaração da situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia de covid-19 no país. Mas, também tem a pretensão de registrar que a atuação do CMAS-BH no período retratado se caracteriza como momento de educação

coletiva, horizontal, regido pela urgência e emergência, e conduzido de maneira dialógica, respeitando saberes do conjunto de atores envolvidos na sua dinâmica e regido por princípios éticos e de solidariedade.

3. Educação popular como fomento à participação

Daniele Souza Carmona¹

Soraia Pereira de Souza²

Apresentação

Para que fazemos conferências? Como mobilizar a participação da população interessada? Como organizar uma Conferência Municipal de Assistência Social que faça sentido para os participantes e que oportunize equidade de participação numa cidade, em que cada regional administrativa tem o tamanho e a média populacional de um município de médio porte? Essas são algumas perguntas que exemplificam os desafios e potencialidades no processo de organização de um percurso conferencial em uma metrópole. Para apresentar a experiência de mobilização e organização dos processos conferenciais do município de Belo Horizonte partiremos do ano de 2019, quando ocorreu a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social,

¹ Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde atua desde 2021 como Diretora de Relação do SUAS com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça. Presidenta do CMAS-BH na Gestão 2021-2023.

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, especialista em Gestão de Assistência Social pela Fundação João Pinheiro, analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Diretora Regional de Assistência Social – Regional Norte desde 2017.

e também o momento de desconvocação da Conferência Nacional, no qual foi necessário buscar formas alternativas e criativas de organização e resistência. Posteriormente, caracterizamos brevemente a 14ª Conferência Municipal de 2021 e os desafios de realizar uma Conferência Virtual diante de um país arrasado por suas perdas e marcado por várias exclusões, entre elas a exclusão digital. Por fim, trazemos o percurso conferencial de 2023 com a realização da 15ª Conferência.

2019: Vamos fazer, apesar da desconvocação

Em 29 de abril de 2019 os municípios foram surpreendidos com a “desconvocação” pelo Conselho Nacional de Assistência Social da 12ª Conferência Nacional. Neste ano, mantendo o tema inicial, movimentos populares e políticos em defesa da democracia e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) convocaram a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social com o tema: “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”.

Diante desse cenário o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS-BH) iniciou um amplo debate para elaborar as “Orientações temáticas e organizativas para a Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte de 2019”, dispostas no Informe CMAS-BH 01/2019. As diretrizes propostas enfatizaram a transversalidade dos direitos humanos e a utilização de metodologias dialógicas, participativas e inovadoras, baseadas na historicidade, na educação popular, no conhecimento de povos e comunidades tradicionais e na arte, construindo o Lema “O SUAS na vida real # Estamos junt@s”. E foi a partir desse ano que houve uma mudança

significativa na organização do processo conferencial no município de Belo Horizonte, passando a ser realizada em três etapas: Encontros Preparatórios; Pré-Conferências Regionais e Conferência Municipal.

Diante do cenário de polarização política e de desmobilização, precisávamos criar um caminho que possibilitasse de forma dialógica, simples e acessível refletir a conjuntura que o município e o país vivenciavam de desmonte do SUAS, mas criando e fortalecendo a unidade entre os atores fundamentais na constituição do SUAS/BH, em especial as(os) usuárias(os). Inspirados nos ensinamentos de Paulo Freire para aflorar a voz e dar visibilidade às diferentes histórias, trajetórias, necessidades e potências de grupos historicamente excluídos, a metodologia proposta para os encontros preparatórios fomentou debates focados nos problemas cotidianos vivenciados pela população no acesso ao SUAS, articulando vivências locais (nível micro) e análise de conjuntura (nível macro). As(Os) participantes foram convidadas(os) a olhar para o seu território, suas vivências, relações de vizinhança, forças, vulnerabilidades e riscos e, a partir dos seus olhares, construir por meio de narrativas, mapas e desenhos os seus desejos. O objetivo foi garantir e qualificar, ainda mais, a participação popular e, principalmente, a presença das(os) usuárias(os) da assistência social na conferência, evitando aflorar a polarização que marcava o país e, ao mesmo tempo, proporcionando espaços de diálogos.

As ementas orientadoras dos quatro eixos temáticos já apontavam a necessidade do SUAS e do controle social trazerem, de forma transversal para o seu cotidiano, o olhar para o crescimento da violência motivada pela intolerância e pela discriminação, a violência de gênero, por orientação sexual, raça, origem regional, violência institucional

e os desafios que se colocam à assistência social para o enfrentamento dessas desproteções. A questão colocada era como garantir o lugar de protagonistas e de fala das mulheres negras, das juventudes, das crianças, adolescentes e idosas(os) em situação de acolhimento institucional, das(os) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, das pessoas em situação de rua, das pessoas com deficiência e das pessoas LGBTQIAPN+, assim como fortalecer as estratégias de intervenção para potencializar o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A organização de todo o processo conferencial de 2019 buscou trazer as(os) usuárias(os) do SUAS-BH para o centro do debate. Isso envolveu muita entrega e o despertar consciente das diferentes histórias e vivências e, portanto, de que a organização das provisões socioassistenciais nos diferentes territórios regionais deveria compreender a diversidade presente nesses grupos populacionais para que fossemos capazes de prover as seguranças socioassistenciais de que realmente necessitam.

2021: Vamos fazer, apesar da pandemia de covid-19

Em 2021, inicialmente sequer sabíamos se seria possível realizar a Conferência Municipal. O isolamento social ainda era a forma mais eficaz de preservação das vidas. Imperavam as incertezas de utilização do ambiente virtual para efetivar a dimensão democrática e garantir o direito à participação. Mas, diante de tantas perdas no campo da dignidade humana, ataques à ciência, às políticas públicas e à vida, não poderíamos nos calar. Era preciso realizar,

em que pese todos os desafios de reunir mais de 700 pessoas em um ambiente virtual, a 14ª Conferência cujo tema foi “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”, e o lema “SUAS/BH, juntos na luta e na participação: contra o descaso com municípios e a população”.

A transmissão da abertura foi realizada no Google Meet e projetada no YouTube para proporcionar maior participação. Para materializar a Conferência Virtual passamos por um longo processo organizacional, que perpassou o desenvolvimento de metodologias que propiciam a participação, o treinamento dos participantes para entrarem nas plataformas e a disponibilização de insumos, tais como chip de celulares com pacote de dados, organização de espaços e de apoio técnico às(aos) usuárias(os) nas unidades, considerando os desafios de cobertura da internet em alguns territórios e dificuldades para lidar com a tecnologia.

A 14ª Conferência evidenciou o risco que o sistema de proteção social brasileiro estava sofrendo, desde 2016, em especial com a edição da Emenda Constitucional 95. Para tanto, retomou o tema da Conferência de 1995, época que demarcou a construção dos direitos socioassistenciais. A realização da 14ª Conferência foi marcada pelo “Ato político em defesa do SUAS”, no qual foi apontado por diferentes atores os ataques ao SUAS com a política de “desfinanciamento” engendrada pelo governo federal, com cortes de 50% a 68% dos recursos do cofinanciamento da União. Neste momento, a bandeira era pela defesa do SUAS e a construção de estratégias entre sociedade civil, atores governamentais e o legislativo para manter vivo e atuante um dos maiores sistemas de proteção social da história das políticas públicas no Brasil.

2023: ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro! Esperançar para conquistar!

Em 2023, depois de uma pandemia que devastou o mundo inteiro, roubando vidas e agravando as vulnerabilidades econômicas, sociais e relacionais, mas que também nos convocou a reinventar as formas de convivência e as estratégias de proteção, tivemos novamente a oportunidade de reunir presencialmente as pessoas, somando o calor, a força, os sons e as expressões dos corpos que necessitam de proteção e que operacionalizam o SUAS num mesmo espaço para a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social em BH.

Em 8 de fevereiro de 2023, o CMAS-BH e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), por meio de ato normativo conjunto, convocaram a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, que evidenciou corajosamente os seguintes objetivos adicionais nesta edição: “propor diretrizes para o reconhecimento da centralidade da raça, classe e gênero na constituição dos usuários do SUAS/BH, fomentando as ações que geram equidade de proteção social; fortalecer a inclusão das pessoas com deficiência no controle social do SUAS-BH”.

Vivendo num país que foi comandado nos últimos quatro anos pela cultura do ódio, da intolerância, da descaracterização e desvalorização sórdida da diversidade e recrudescimento estarrecedor dos direitos humanos, o estandarte de luta e resistência de Belo Horizonte se expressou ousadamente no lema “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: Não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão!”. Se, em 2019, as questões da raça, cor, etnia, diversidade

sexual e defesa dos direitos humanos eram propostas de forma transversal, em 2023 tais objetivos foram colocados na centralidade do debate. Mas, não foi sem um percalço de muita resistência e desafios. A pergunta insistente durante o percurso conferencial era: qual é o sentido desse lema e o que ele pretende alcançar, se o SUAS já tem como maioria e prioridade de público as pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, que vivenciam violação dos seus direitos humanos, sendo a maioria das(os) usuárias(os) composta de mulheres e pessoas pretas?

Os exercícios de reflexões disparados por essa problematização tomou conta dos Encontros Preparatórios, convocando usuárias(os), trabalhadoras(es), entidades e gestoras(es) a debater sobre as “artimanhas da exclusão” em nosso país, reproduzidas em nosso estado e nossa cidade, que podem ser compreendidas à luz das contribuições teóricas de Bader Sawaia (2014) e Jessé de Souza (2009) e observadas escancaradamente nos crimes e injúrias raciais, no genocídio das(os) jovens negras(os) e nas taxas alarmantes de feminicídio contra mulheres e meninas. Os mecanismos de exclusão e opressão social se expressam também, por vezes de modo tão sutil que não percebemos problemas sociais graves e invisibilizados, tais como: a maioria da população em situação de pobreza, extrema pobreza, fome, subemprego, situação de rua e com precário acesso aos direitos são as pessoas pretas e pardas.

Fato é que todas as pessoas estão sujeitas a vivenciar situações de vulnerabilidades e riscos, mas é urgente reconhecer que a probabilidade dessa vivência e dos danos decorrentes é muito maior para os grupos historicamente excluídos no campo dos direitos: mulheres, pretas(os), indígenas, refugiadas(os), migrantes. Não se pode, portanto, falar em luta pela igualdade sem a construção de estratégias para

a equidade no acesso às oportunidades, de modo que esse debate e a proposição de caminhos deve ser pauta permanente do controle social, tanto nos Conselhos quanto nas Conferências de Assistência Social, pois o reconhecimento e a concretização dos direitos humanos, da política pública e da própria democracia nunca deixam de estar ameaçados.

Guiadas(os) por essa construção coletiva de conhecimentos, fomos observando e vivenciando durante os Encontros Preparatórios, não sem resistências e desconfortos, as afetações, reflexões, debates, inquietações, deslocamentos e reposicionamentos que o lema, em conjunto com os objetivos e diretrizes organizativas dessa edição, evocaram como problematizações. O que nos leva a afirmar a marca histórica desse lema, que convocou ao incômodo do reconhecimento as inscrições culturais e históricas do machismo, do racismo, do capacitismo, da aporofobia, da LGBTfobia³ que ecoa nos nossos discursos, linguagens, ações ou até omissões. Se fomos todos forjados na cultura da desigualdade, que reproduz cotidianamente a exclusão, a injustiça e o sofrimento social, isso nos torna paradoxalmente vítimas e reprodutoras(es) dos marcadores de opressão. Essa constatação e o reconhecimento não resolvem tudo, mas é um primeiro passo, importante no processo de reparação e defesa de direitos humanos, sociais e socioassistenciais.

Conforme debatido nas Pré-Conferências, é certo que não cabe à política de assistência social individual e isoladamente combater todas esses marcadores de opressões,

³ **Capacitismo** – atitudes que discriminam ou evidenciam preconceito social contra pessoas com deficiência e que as colocam como inferiores a outras pessoas; **Aporofobia** – medo, rejeição ou ódio aos pobres; **LGBTfobia** – atitudes e sentimentos negativos, discriminatórios ou preconceituosos em relação às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queers, intersexuais, assexuadas, pansexuais, pessoas não binárias e demais possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual (LGBTQIAPN+).

que se constituíram e que se mantêm à nível macrossocial, a partir da construção histórico-cultural do nosso país; mas é responsabilidade inescapável e inadiável do SUAS construir as estratégias de enfrentamento dessas opressões no âmbito de suas provisões, de sua gestão estratégica, de suas articulações intersetoriais e de seu controle social, como ficou expresso nos compromissos das deliberações construídas em cada eixo temático e nas diretrizes aprovadas durante a etapa municipal da 15ª Conferência para o reconhecimento da centralidade da raça, classe e gênero na constituição das(os) usuárias(os) do SUAS/BH e fomento às ações que geram equidade de proteção social.

Vale ressaltar, também, a importância da diretriz organizativa do percurso conferencial em 2023, em continuidade à experiência vivenciada em 2019, de utilização de metodologias dialógicas e participativas que tiveram seu ápice com a utilização dos mapas físicos de cada regional para identificação, pelos participantes das pré-conferência, das situações de vulnerabilidades e dos fatores de proteção que marcam o território vivo e em constante movimento e também na construção coletiva dos standartes. Por meio da parceria fundamental com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foram produzidos 43 standartes, com cores diversas, traçados singulares e expressões artísticas a partir das vivências, convivências e força coletiva dos 34 Centros de Referência de Assistência Social e dos nove Serviços de Proteção Social Básica Regional de Belo Horizonte. Além disso, merece destaque a Mostra Artística dos Territórios a partir dos trabalhos dos serviços socioassistenciais, dando visibilidade e valor pessoal e coletivo às(aos) usuárias(os) do SUAS, ampliando os sentidos e o reconhecimento dos diferentes participantes, grupos e representatividades que compuseram a realização da Conferência.

Compreendendo a educação popular à luz do nosso eterno Paulo Freire, podemos dizer da vivência de uma experiência partilhada entre todas(os) as(os) envolvidas(os) que gerou trocas de saberes e aprendizados significativos, dentre os quais destacamos o reconhecimento de que o direito à vez e voz não se dá somente nas palavras vocalizadas pelas bocas e pregas vocais; escutam-se vozes dos povos e comunidades tradicionais na expressão do corpo que movimenta, que dança e que produz o batuque do tambor, escutam-se vozes nos traçados dos estandartes, nas maquetes dos territórios e telas que contam a história compartilhada de participação das comunidades, escutam-se vozes nas estratégias para ampliar a acessibilidade por meio da audiodescrição e interpretação das libras, escutam-se vozes por meio da arte, da cultura, dos debates e das experiências democráticas que ainda estão ecoando dentro de nós.

Conclusão

Conferências são momentos históricos que nos possibilitam conferir e valorizar o que construímos e efetivamos no campo da proteção socioassistencial (o SUAS que temos) e evidenciar, a partir do conhecimento e debate coletivo, as necessidades e o planejamento para o aprimoramento (o SUAS que queremos). Não planejamos as coisas para deixá-las como estão e sim para mudar, por isso uma Conferência sempre precisa apontar as transformações necessárias na política pública, projetá-la para o futuro.

O principal desafio de se fazer uma conferência é o elemento que a define e a torna um processo tão enriquecedor: a avaliação e o planejamento coletivo. Para tanto,

é preciso assumir o lugar de fala, mas também o lugar da escuta, o reconhecimento do próprio saber, mas também a valorização de outros saberes e do produto coletivo como possibilidade de avanços. O exercício democrático requer debates, contraposição de ideias, mas também confiança, partilha e escolha coletiva do projeto de política pública que almejamos. Requer um aprendizado que não pode ser prescrito. A gente aprende fazendo, experimentando. E precisamos nos comprometer com o que aprendemos!

Referências

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem são e como vivem. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

4. O fortalecimento da identidade dos territórios em instâncias de controle social: politização e mobilização para a conquista de direitos

Ana Cristina da Silva¹, Cristiane Alves Rodrigues²,
Dulce Helena Couto Alves³, Élia Brito⁴,
Elizete Matias Barbosa Orozimbo⁵,
Juliane Cristina Guimarães Silva⁶,

- ¹ Assistente Social, Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Especialização em Políticas Sociais, Coletividade e Trabalho pela UNESAV, Viçosa. Integrante do Coletivo de Trabalhadoras Negras do SUAS BH. Atuou como Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social Vila Biquinhas, atualmente Coordenadora de Acompanhamento da Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Programa Maior Cuidado.
- ² Assistente Social, Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Especialista em Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), atualmente Coordenadora Metodológica dos Serviços de Proteção Social Básica Regional nos 09 Serviços de Proteção Social Básica Regional e 09 Serviços de Proteção Social à Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte.
- ³ Artista plástica, arte educadores e arteterapeuta. Mestre em Artes pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).
- ⁴ Assistente Social, Analista de Políticas Públicas na Prefeitura de Belo Horizonte, atualmente está na Diretoria de Proteção Social Básica na função de Técnica de Apoio à Gestão e ao Provimento dos CRAS de BH. Atuou como Coordenadora do Setor de Apoio à Mulher e o Centro de Referência da Mulher no município de Betim, Coordenadora do CRAS Lagoa e na Subsecretaria de Direitos e Cidadania na função de Coordenadora municipal do Centro Especializado de Atendimento à Mulher em situação de violência.
- ⁵ Assistente Social, Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Mestre em Educação, Gestão Social e Desenvolvimento Local pela UNA, Especialista em Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais pela PUC Minas, atualmente Coordenadora Metodológica dos Serviços da Proteção Social Básica PAIF nos 34 CRAS de Belo Horizonte.
- ⁶ Psicóloga, Analista de Políticas Públicas da Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com formação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Saúde do Adolescente (Faculdade de Medicina/ UFMG) e Pós-graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (Faculdade Dom Alberto).

Júnia Lúcia Pena de Andrade⁷, Patrícia da Silva Pinto⁸,
Patrícia Penser Theotônio⁹, Rafaela da Costa¹⁰,
Rogéria de Carvalho Castro Sampaio¹¹

O presente relato tem o objetivo de apresentar as estratégias de mobilização social da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS-BH), por meio da realização de oficinas de construção de estandartes, para a participação das usuárias e dos usuários do SUAS na 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, em 2023. A Conferência compreende uma dimensão política e uma dimensão técnica do controle social, portanto a PSB atuou como mediadora para a luta pela ampliação dos direitos sociais. Nesse sentido, a oficina de reflexão realizada pelos Serviços da PSB explorou a expressão da identidade, das demandas, das necessidades reais e das potencialidades territoriais,

⁷ Psicóloga; Mestra em Psicologia pela UFMG; Especialista em Políticas Públicas e Seguridade Social na PUC Minas; Especialista em Intervenção Psicossocial em Políticas Públicas pela Universidade Aberta (UNA); Analista de Políticas Públicas/ Psicologia na Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁸ Assistente Social, Analista de Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mestre em Educação pela UEMG, Especialista em Políticas Públicas pela UFMG, especialista em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), atualmente Gerente de Gestão dos Serviços da Proteção Social Básica do SUAS BH.

⁹ Assistente Social, Analista de Políticas Públicas da PBH da SMASAC/SUASS/GGSPSB – Especialização: PNAS, Gestão do SUAS, Trabalho Social com Famílias e Instrumentalidade e Serviço Social.

¹⁰ Psicóloga, com Especialização em Esquizoanálise, Esquizodrama e Análise Institucional: Clínica de Indivíduos, Grupos e Redes e Trabalho Social com Famílias. Analista de Políticas Públicas da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte.

¹¹ Psicóloga, Analista de Políticas Públicas da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, com Especialização em Saúde Mental: Política, Práxis e Clínica.

como uma estratégia de ação comunicativa para mobilização e participação social na Conferência.

Os processos participativos envolvidos nos espaços de controle social, para serem bem-sucedidos, devem se articular com o desenho institucional, mas isso só não é suficiente. Deve também haver a vontade institucional de implementar desenhos participativos (Avritzer, 2008). Sabe-se que o perfil das usuárias e dos usuários da política de assistência social, acrescido da ambiência social e do histórico de assistencialismo¹² vinculado à proteção social, muitas vezes fazem da participação social uma mera regra imposta pelas instâncias de controle social, como os conselhos e as conferências. A Norma Operacional Básica (Brasil, 2012, p. 18) em seu artigo 7º afirma que a garantia de proteção social inclui a “não submissão do usuário a situações de subalternização”, o que significa não tutelar, em vez disso garantir com que as pessoas desenvolvam suas capacidades.

Na grande maioria dos casos, o pobre, sua fala, sua escuta, sua presença, sua existência é apagada ou minimizada sob o peso dos estereótipos já consagrados. Enquanto os pobres são permanentemente subalternizados, a pobreza é essencial, num movimento de degradação que aponta para modelos ideais e obsessivos em busca da estabilidade social (Cerqueira, 2009, p. 200).

Nesse contexto, a participação é tomada por artificialidade, favorece a cooptação política e desconsidera a

¹² A concepção do assistencialismo no âmbito público, as respostas estatais aos problemas sociais que causam tensões na sociedade são abordadas de forma fragmentada e eventual. A política social desempenhada nesse molde não prioriza a universalização de acesso (Sposati *et al.*, 2016). Pelo contrário, como reafirma Pereira (2008), essa visão estigmatiza as(os) usuárias(os) não promovendo o acesso aos direitos e o exercício da cidadania.

representatividade. Por isso, a PSB tem se debruçado em possibilidades de ações protagonicas por parte dos usuários tanto nas instâncias de controle social como na consolidação dessa política.

Nessa seara, a Diretoria de Proteção Social Básica, por meio da Gerência de Gestão de Serviços de Proteção Social Básica (GGSPB), fomentou, desde o início do ano, a organização dos serviços para o planejamento e o desenvolvimento de estratégias de mobilização e diversificação do público nos espaços coletivos de participação e de controle social. Considerando que a mobilização é um processo gradativo, que reúne pessoas, grupos, comunidades e a sociedade em torno de um objetivo comum para buscar, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todas(os) (Toro; Werneck, 1996), é um exercício de cidadania que visa assegurar que as pessoas tenham iguais condições de participação.

Todo o processo preparatório para a Conferência, que teve como tema e lema, respectivamente a: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!” e “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: Não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão”. Essa decisão política de identificar os desafios e as estratégias nos espaços de participação e de controle social por meio da ampliação da experiência democrática e participativa colocando a(o) usuária(o) no centro da discussão, foi um movimento inovador no sentido de tornar visível as desigualdades e desproteções, e se mostrou um caminho muito potente para o enfrentamento ao racismo, ao machismo e outras formas de discriminação. E ao mesmo tempo, lançou luz para as estratégias de proteção socioassistencial, bem como para a qualidade da entrega e os desafios enfrentados por essa política para a garantia das seguranças socioassistenciais às cidadãs e aos cidadãos que vivenciam cotidianamente essa realidade.

Inegavelmente, as Conferências Municipais de Assistência Social são marcadores importantes na história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituídas como espaço para avaliação do funcionamento e da execução do SUAS e de como a proteção social está sendo materializada na vida das famílias. Além disso, estabelece-se como espaço de reunir para decidir, coletivamente, as prioridades para fortalecer a proteção socioassistencial no município (Torres; Ferreira, 2023). Neste sentido, a Conferência representa o ápice de um percurso permanente de participação social importante que precisa valorizar as formas de acolher quem está chegando nesse lugar e, conforme mencionado anteriormente, garantir que todas as pessoas tenham iguais condições de participação.

Dito isto, a seguir serão destacados os processos de construção da oficina de estandarte. Considerando que mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados (Toro; Werneck, 1996), para ampliar a participação, Torres e Ferreira (2023) explicitam que é preciso propor formas criativas e capazes de promover experiências significativas, pelas quais as pessoas sintam que podem interferir nos rumos da política pública, sentindo-se parte da construção de uma história coletiva. É a partir do vivido cotidianamente que nos aproximamos e conhecemos mais a fundo os desafios que precisamos enfrentar e pautar na Conferência.

Com o objetivo de resgatar experiências significativas e criativas no âmbito da Proteção Social Básica, resgatou-se uma atividade que ocorreu em 2022, quando nove Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) completaram 20 anos e, para celebrar essa data, foi construído um estandarte para cada unidade a partir da história oral das usuárias e dos usuários, sendo materializados, nessa bandeira, os elementos representativos da história do território e do CRAS.

Os padrões compuseram uma exposição no Seminário de 20 anos dos CRAS, realizado em dezembro de 2022, trazendo a identidade de cada território. O desenvolvimento dessa proposta foi muito potente, pois cada símbolo desenhado continha o registro singular de luta das comunidades e de cada história de vida em prol do CRAS e da proteção social de assistência social.

Partindo dessa experiência positiva de mobilização, a partir do reconhecimento das histórias e dos saberes de quem vive no território, a proposição de atividades lúdicas e participativas permitiu que o desenvolvimento de temas básicos e importantes fosse trabalhado de forma leve, criando oportunidades para que as pessoas pudessem se expressar, exercitar suas habilidades e construir coletivamente algo que representasse aquele território e todos que ali residem, bem como compreender a identidade dos serviços socioassistenciais em cada território. Com este objetivo, a GGSPB desenvolveu o projeto “Fortalecer a identidade dos serviços socioassistenciais nos territórios” para apoiar as equipes do provimento da Proteção Social Básica no percurso de mobilização social das usuárias e dos usuários para participação ativa nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS), Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e na 15 Conferência Municipal de Assistência Social.

O referido projeto foi desenvolvido nos 34 CRAS e nas nove Coordenações de Proteção Social e Cidadania, no período de maio a junho de 2023, com o objetivo de escutar as usuárias e os usuários dos serviços socioassistenciais, as histórias de vida, a história do território e identificar, a partir dos relatos, os elementos que contribuíram para a construção de uma identidade visual do território. A partir de oficinas dialógicas com usuárias(os) referenciadas(os) s unidades de CRAS e  Coordenação de Proteção Social e Cidadania, as(os)

participantes podiam refletir sobre a temática da conferência relacionando-a com suas vivências, lutas e conquistas.

Construída a estratégia, foram identificados atores nas unidades que iriam, além de legitimar, articular as atividades no território de referência. Para a execução do projeto foram realizadas duas reuniões de alinhamento da proposta com as coordenações dos serviços da PSB para pensar nas próximas etapas. Assim, os Coordenadores de Serviços mapearam junto às suas equipes o público que participaria dessa ação, nesse sentido, foram considerados usuárias e usuários de diferentes serviços e de microrregiões diferentes para tornar a construção ao mesmo tempo singular e plural. O projeto foi desenvolvido por uma artista plástica e educadora, com conhecimento e experiência de atuação na política de assistência social, contratada pela parceria do Apoio PAIF e pelo Programa Mala de Recursos Lúdicos, sendo viabilizada também a aquisição de materiais para a confecção do estandarte.

As ações do projeto foram desenvolvidas em formato de oficina dialógica e prática com a participação das usuárias e dos usuários dos Serviços e em especial, aquelas(es) que participavam das CLAS, CORAS ou que tinham interesse pela pauta das Conferências Municipais de Assistência Social. No total foram realizadas 43 oficinas, sendo uma oficina em cada um dos serviços da PSB. A duração média dos encontros era de 3 horas e 30 minutos e com a média de 15 usuárias(os) por oficinas. Os temas propostos para o diálogo nas oficinas partiam da história do território e das pessoas que ali representavam o território e nas discussões propostas eram demarcadas as questões afetas ao lema da conferência municipal “O SUAS tem raça, gênero e cor. Não há reconstrução sem diversidade e participação!”. A sistematização de toda a discussão era expressa sob a forma de uma imagem em tecido. Dentre as técnicas desenvolvidas na oficina estão a oralidade, a escuta, a pintura, o desenho, a costura e colagens.

Nos CRAS, a estratégia de abordagem da temática da oficina partia da escuta dos usuários em relação à história de vida e do território, procurando identificar nos relatos os elementos representativos das lutas e conquistas significativas para a população. E nas Coordenações de Proteção Social e Cidadania, a dinâmica da oficina partia do reconhecimento do mapa da regional e dos elementos representativos das lutas e conquistas do território regional, juntamente com o relato das usuárias e dos usuários que traduziam o sentimento coletivo de pertencimento e reconhecimento social. Nessa etapa da mobilização, buscou-se a coesão do grupo e a continuidade da luta por direitos.

As experiências de produção dos estandartes (Figuras 1 e 2) permitiram às usuárias e aos usuários se reconhecerem como parte integrante do SUAS-BH e também como autoras e autores. Ali ficou evidente que naquele grupo de participantes os vínculos de cidadania estavam fortalecidos.

Figura 1 – Estandartes produzidos pelos usuários dos CRAS



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 2 – Estandartes dos usuários das
Coordenações de Proteção Social e Cidadania**



Fonte: Elaboração própria.

Nesse percurso foi construída a proposta de continuidade e corresponsabilidade pela defesa dos direitos sociais no percurso conferencial. A oficina findaria na abertura da Conferência, quando foi dado um lugar de destaque à história desses territórios e aos seus moradores que representaram toda a sua comunidade no espaço de participação e de controle social. O resultado plástico de cada experiência produzida foi exposto na Mostra “O SUAS que queremos”, da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, e também compôs a esquete “A Casa é SUAS” produzida pelo Teatro MOBS para a abertura da Conferência. Na encenação, as usuárias e os usuários entraram em cena carregando as bandeiras representativas dos territórios de CRAS e das Regionais. A Figura 3 retrata a exposição dos estandartes e a Figura 4 retrata o momento da participação das usuárias e dos usuários com os estandartes

compondo a esquete “A Casa é SUAS” do teatro MOBS na 15ª Conferência Municipal.

Figura 3 – Exposição dos estandartes



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Participação na esquete



Fonte: Elaboração própria.

O reconhecimento de que elas(es), usuárias e usuários, fazem parte de uma coletividade, a oportunidade de escuta, a visibilidade, a vivência da experiência, tudo isso gerou o autorrespeito e, logo, constituiu-se a legitimidade do merecimento do respeito dos demais presentes. Torres (2016) afirma que a autonomia não diz respeito apenas à capacidade dos sujeitos, mas também às condições concretas de vivência dessa autonomia. Nesse sentido, o percurso foi o mecanismo de participação e processo gradativo de decisão, uma ação que foi ao mesmo tempo individual, social e política que incidiu no modo de se expor, de ver e de ser visto, que fez circular muitos saberes e modos de produção de conhecimento.

A exposição dos standartes e outras obras produzidas pelas usuárias e pelos usuários no espaço da conferência proporcionou uma ambientação de seu reconhecimento no espaço conferencial. A sociabilidade nesse espaço fez com que as opiniões e escolhas fossem valorizadas.

Considerando que esta população cotidianamente se torna invisível, é desmoralizada e desprestigiada, pode-se afirmar que foi construída uma travessia para que as cidadãs e os cidadãos fossem alcançados pelos mecanismos de participação e de controle social e pela política socioassistencial. Possibilitar o deslocamento do público das margens para o centro do processo contribuiu para o sentido do cuidado, para o reconhecimento daquilo que deve ser provido pelo Estado; e por último, a vivência descortinou como a relação entre convívio e proteção social é indispensável ao reconhecimento da cidadania.

Conclusões

A inclusão das cidadãs e dos cidadãos nos espaços participativos, por meio de participação direta ou através de

representantes escolhidos, gera mais legitimidade, representatividade e reconhecimento nos espaços de controle social e no processo de participação social, quando as estratégias permitem reflexão histórica, as experiências vividas em espaços de poder. O espaço das oficinas da produção dos estandartes como momento de representação das histórias, dos territórios e das vivências permitiu o fortalecimento dos vínculos comunitários e sociais, construção de novos valores, referências, vínculos e acessos aos direitos por meio de uma ação lúdica e afetiva.

A abertura da conferência com a entrada dos representantes dos territórios carregando os estandartes impactou significativamente a vivência de participação das delegadas e dos delegados da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Belo Horizonte, por estimular a representatividade, a motivação e um maior engajamento no processo conferencial. Experiências como essa pressupõem a horizontalidade dos saberes entre trabalhadoras(es) e usuárias(os) com a compreensão de que todas as pessoas podem e devem expressar suas visões de mundo, desejos e projetos coletivos. Para tanto, é necessário criar uma ambiência acolhedora, de reconhecimento e representatividade que possibilitem às pessoas a se expressarem com confiança e segurança para a construção dos projetos coletivos. A vivência possibilitou expressar que o SUAS que queremos é participativo, com identidade, representatividade e muita alegria.

Espera-se que esse processo participativo nos espaços de controle social possa contribuir para a ampliação da participação nos espaços/atividades coletivas dos Serviços, das CLAS, CORAS e das reuniões comunitárias, assim como para o desenvolvimento do processo dialógico com os usuários do SUAS.

Referências

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BELO HORIZONTE (MG). **Lei 7.099, de 27 de maio de 1996**. Dispõe sobre a política de assistência social no Município e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/710/7099/lei-ordinaria-n-7099-1996-dispoe-sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cadernos de Textos – Subsídios para debates: participação e controle social do SUAS**. Brasília, DF: CNAS/MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS**. Brasília, DF: CNAS/MDS, 2012.

CAMPOS, E. B. O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de textos subsídios para debates: participação e controle social do SUAS**. Brasília, DF: CNAS/MDS, 2009. Disponível em: https://www.ceas.pr.gov.br/sites/ceas/arquivos_restritos/files/migrados/File/CEAS/Textos_paraVII_Conferencia_Nacional2.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

CERQUEIRA, M. B. Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 195-201, 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26/14>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MARTINS, V. B. Participação e controle social no SUAS: O que temos e o que queremos. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de textos subsídios para debates:** participação e controle social do SUAS. Brasília, DF: CNAS/MDS, 2009. Disponível em: http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/Textos_para-VII_Conferencia_Nacional2.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

TORO, J. B.; WERNECK, M. D. F. **Mobilização Social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília, DF: Unicef, 1996.

TORRES, A. S. **Convívio, convivência e proteção social:** entre relações, reconhecimentos e política pública. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, 2016.

TORRES, A. S.; FERREIRA, S. **Conferências SUAS 2023** – um jeito participativo de fazer. Capacitação Virtual. São Paulo: Vira e Mexe, 2023.

PEREIRA, P. A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. *In:* BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (org.). **Política social e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 217-254.

SPOSATI, A. O.; BONETTI, D. A.; YAZBEK, M. C.; CARVALHO, M. C. B. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão de análise. São Paulo: Cortez, 2016.

5. CLAS Leste Pop Rua: desafios e ações possíveis no processo de mobilização e participação no controle social

Rafaela Pereira dos Santos¹

Introdução

Conforme expresso na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, a participação da população, por meio de organizações representativas, tanto na formulação das políticas quanto no controle das ações em todos os níveis, compõe o escopo das diretrizes da referida lei, diretriz esta que se baseia na Constituição Federal de 1988 que também preconiza a participação popular e o controle social.

Uma das instâncias de controle social e participação da política de assistência social em Belo Horizonte é a Comissão Local de Assistência Social (CLAS) que, de acordo com a Resolução CMAS-BH Nº 034/2020, “possui caráter consultivo e de abrangência local, que garante a participação popular e democrática dos usuários e demais cidadãos interessados e colaboradores em participar”. E dentre as atribuições, destaca-se: “Fortalecer o poder crítico dos usuários da política de assistência social, possibilitando a manifestação das necessidades da população em seu âmbito de abrangência;” e “Mobilizar os usuários dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito local para

¹ Graduada em Serviço Social e Especialista em Cidadania e Direitos Humanos no contexto das políticas públicas, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atua como Analista Social no Abrigo Municipal Granja de Freitas.

participar dos espaços de controle social com ênfase no envolvimento de todos na luta política em defesa do SUAS” (Belo Horizonte, 2020).

Posto Isso, o presente texto tem por finalidade relatar a experiência de construção da Comissão Local de Assistência Social (CLAS) Pop Rua da regional Leste, na cidade de Belo Horizonte, além de compartilhar os encontros, as ações desenvolvidas para efetivação dos mesmos, assim como os desafios relacionados à mobilização e participação das usuárias e dos usuários que se encontram em situação de rua e acessam os serviços socioassistenciais naquele território.

As ações possíveis

A proposta de construção da CLAS Leste Pop Rua antecedeu a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, que ocorreu nos dias 8 e 9 de julho de 2023, e que tinha como tema: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!” E como lema: “O SUAS tem raça, cor, gênero e classe: Não há reconstrução sem participação, diversidade e inclusão”. À vista disso, a reflexão e os debates acerca do tema e do lema contribuíram diretamente para a construção de uma CLAS composta pelo público Pop Rua, pois até aquele momento tal regional não possuía uma CLAS com esta composição.

O serviço que encabeçou a iniciativa foi a Diretoria Regional de Assistência Social (DRAS), juntamente com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), o Centro Pop Miguilim e os Abrigos Municipais

Pompeia e Granja de Freitas, todos localizados na regional Leste e que atendem o público Pop Rua.

Até o momento, ocorreram cinco encontros da CLAS Leste Pop Rua, sendo três ampliados. Anterior ao primeiro encontro ampliado realizaram-se duas reuniões somente entre os serviços, com a finalidade de apresentar a proposta e construir o cronograma do primeiro encontro, que aconteceu no dia 28 de abril de 2023, na sede do CMAS-BH. Todos os serviços envolvidos empreenderam uma força tarefa para mobilizar as usuárias e os usuários para participar deste encontro, bem como para topar a construção desta instância de controle social que, diferentemente dos CORAS e do CMAS-BH em que participam as representações eleitas, a CLAS propicia a participação ampliada.

A dinâmica do primeiro encontro consistiu em explicar para os presentes a proposta da CLAS, o que é controle e participação social, o significado de democracia e quais os serviços existentes na rede socioassistencial Leste que atendem ao público Pop Rua. Para tanto, utilizou-se uma linguagem lúdica e acessível que possibilitasse a interação entre os profissionais dos serviços e as(os) usuárias(os). Houve um número expressivo de usuárias(os) que não somente estavam presentes em corpo, mas interagiram durante todo o processo, respondendo perguntas e fazendo diversas sugestões de implementação e ampliação dos serviços. Ao final, elegeu-se usuárias(os) para participar da avaliação deste primeiro encontro numa reunião posterior.

A reunião de avaliação aconteceu no Centro Pop Miguilim. Nesta reunião, só participaram as(os) usuárias(os) eleitas(os) no primeiro encontro e mais uma vez participaram ativamente. Tivemos a presença do diretor da DRAS Leste que falou sobre o Conselho Regional de Assistência

Social (CORAS) e, como encaminhamento, ficou agendado a reunião de eleição das/os conselheiras/os para compor o CORAS.

O encontro de eleição efetuou-se no CRAS Granja de Freitas. Uma profissional do CREAS Leste esteve presente para explicar sobre o processo de eleição e reforçar a explicação sobre o CORAS. Três usuárias(os) se candidataram e as(os) demais presentes votaram naquele candidato com quem mais se identificou através das propostas apresentadas. Portanto, foram eleitos uma conselheira titular e um conselheiro suplente para comporem o CORAS Leste.

No final do mês de maio, realizou-se o segundo encontro ampliado da CLAS no Abrigo Municipal Pompéia. A pauta consistiu em falar sobre a 15^o Conferência Municipal de Assistência Social, debater e explicar cada eixo temático e tirar deliberações que seriam levadas para a Pré-Conferência. Uma liderança do movimento Pop Rua em BH foi convidada para participar e compartilhar um pouco das suas vivências enquanto pessoa em situação de rua e a superação dessa condição, além da sua trajetória na militância pelos direitos do público Pop Rua.

Mais uma vez, as(os) usuárias(os) tiveram participação potente, principalmente na dinâmica que foi proposta de escrever o SUAS que temos e, após, o SUAS que queremos. Não foi necessário ninguém se identificar. No entanto, as respostas foram lidas para o conhecimento de todas(os) e, ao final, tirou-se cinco deliberações para cada um dos eixos temáticos, a saber: Financiamento; Controle Social; Articulação entre os segmentos; Serviços, Programas e Projetos e Benefícios e Transferência de Renda.

O último encontro ampliado da CLAS foi na Regional Leste e propôs que as(os) usuárias(os) que participaram da Pré-Conferência e do CORAS compartilhassem suas

experiências nesses espaços. Importante destacar que anterior a este encontro, aconteceu uma reunião do CORAS e a Pré-Conferência Municipal na regional Leste e, em especial, três usuárias(os) participaram e se implicaram em conhecer mais sobre a política e seu funcionamento, sempre demonstrando interesse em estar compondo os espaços de participação e de controle social. Inclusive, dois desses três participaram da 15ª Conferência Municipal de Assistência Social levando suas filhas.

Outro ponto a ser destacado foi a construção de caixas de madeira personalizadas junto com as(os) usuárias(os) e que tinha por objetivo acolher as propostas, críticas e sugestões a partir do olhar dessas(es) usuárias(os) para serem também levadas para a Pré-Conferência como uma forma de impulsionar o senso crítico acerca da política, dos serviços e as condições de oferta dos mesmos, dos benefícios etc. Em todos os encontros foi servido um lanche, porque se compreendeu que a comida une as pessoas num momento de confraternização, de acolhida e de partilha. No início de todas as CLAS ampliadas houve apresentações artísticas, com música e com dança, sempre convidando as(os) usuárias(os) para interagir.

Os desafios e as potencialidades

Durante todo o processo, que ainda não se encerrou, pois o funcionamento da CLAS é contínuo e independe da realização de pré e de conferências municipais, alguns pontos de reflexão salientam-se, tanto para o aprendizado profissional quanto para o aperfeiçoamento deste processo em parceria com as(os) usuárias(os).

A experiência relatada anteriormente, de forma sucinta, possibilitou romper com o engessamento do “tarefismo” do cotidiano de trabalho. Compreendeu-se que o fazer profissional na política de assistência social e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está para além de atendimentos pontuais e/ou acompanhamentos sistemáticos. Ser trabalhadora e trabalhador do SUAS implica participar e exercer o controle social, só assim se pode replicar isso para o público atendido, independente de qual seja.

Quando as(os) trabalhadoras(es) vão até a(o) usuária(o) e a(o) convida, e a(o) busca no seu território, e come junto, e senta ao lado, e impulsiona a fala, e incentiva o pensar crítico, todas(os) fazem parte deste processo. Umas(uns) na condição de trabalhadores e outras(os) na condição de usuária(o) da política, mas um ponto os une: todas e todos são cidadãs(ãos) de direitos e de deveres, portanto, nada pode ser construído sem a consulta e a participação social.

Um grande desafio, além da mobilização, é o fato de o público Pop Rua ter uma tendência itinerante, então manter a frequência nos encontros e até mesmo conseguir localizar estas(es) usuárias(os) por vezes foi difícil. Em alguns encontros, teve a participação de usuárias(os) sob efeito de álcool, pois uns dos fatores que atravessa o público Pop Rua é o consumo abusivo de álcool e outras drogas e o impacto desse consumo também na participação e no processo de formação e conscientização política.

Apesar dos desafios postos para a construção e a continuidade da CLAS Leste Pop Rua tendo as(os) usuárias(os) como os atrizes(atores) centrais, nota-se o envolvimento mais autônomo por parte de algumas(uns), que se interessaram cada vez mais em compor outros espaços do controle social, tanto que se candidataram para compor o CORAS, participaram da pré e da conferência com voz ativa, construindo

propostas, denunciando a condição das pessoas em situação de rua e problematizando a precariedade dos serviços e a necessidade de ampliação dos mesmos para outras regionais.

Evidencia-se que a usuária e o usuário que mais se implicaram no processo não se encontram mais em situação de rua, atualmente se encontram na condição de acolhidos em um abrigo de famílias, porém estiveram por um período na condição de rua e mesmo estando em transição, se identificam como público Pop Rua e manifestaram, a todo tempo, o desejo de lutar pelos direitos Pop Rua, se tornando protagonistas deste processo.

O universo da implementação e execução da política é permeado por uma infinidade de possibilidades e de desafios, dentre os quais, a educação permanente e popular do público usuário dela. Observa-se que muitos não possuem condições de acesso à informação, aos espaços de participação e de controle social por não se sentirem parte do processo. Possibilitar esse acesso, principalmente prezando por uma linguagem popular, é um caminho e uma estratégia possível. A previsão e garantia da participação no processo de tomada de decisão, de fiscalização das ações e gestão da política é recente na história do Brasil. Destarte, é necessário romper as barreiras que são criadas e que impossibilitam a efetiva participação popular nas instâncias de participação e de controle social do SUAS.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 7 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.

BELO HORIZONTE (MG). Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Resolução nº 034, de 30 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a regulamentação, organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social – CORAS e das Comissões Locais de Assistência Social – CLAS no Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/405948>. Acesso em: 21 jul. 2023.

6. A participação da população em situação de rua no processo conferencial de 2015: aliança estratégica entre usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores e entidades de defesa de direitos

Claudenice Rodrigues Lopes¹; Olga Inah-Inarê Aquino Ribeiro²;
Roseni Schmidt³; Pedro Henrique Rocha Ribeiro⁴

A população em situação de rua constitui-se um dos públicos de maior vulnerabilidade do SUAS, evidenciam-se na sua trajetória e condição de vida, riscos sociais importantes. De acordo com Silva (2009), a população em situação de rua é heterogênea, porém algumas características a constituem, entre elas: a pobreza extrema, os vínculos

¹ Graduada em Serviço Social com pós-graduação em Doutrina Social da Igreja na sociedade contemporânea. Supervisora de Projetos na Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. Integrante da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, do Fórum Municipal de População de Rua de Belo Horizonte e do Comitê Municipal de Acompanhamento e Assessoramento da Política para População em situação de Rua de Belo Horizonte.

² Graduada em Serviço Social pela PUC Minas, especialista em Serviço Social: Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional pelo Centro Universitário UNA, mestra em andamento em Serviço Social na UERJ, analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Conselheira Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (gestão 2021/2023) e membro do Fórum Municipal de População de Rua e da coordenação do Fórum Municipal de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS- BH.

³ Graduação em Psicologia, pós-graduação em Psicopedagogia. Atua na Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte junto aos grupos de geração de renda em Economia Solidária. Na Pastoral Nacional do Povo da Rua, como representante nas comissões de saúde do Conselho Nacional de Saúde, membro do Fórum Municipal de População de Rua e do Comitê Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Política para População em Situação de Rua.

⁴ Psicólogo, Analista de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, atualmente coordena a Central de Vagas do SUAS-BH.

familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional. Ademais, a autora ainda destaca outros aspectos relevantes sobre o fenômeno, entre eles, uma tendência do Estado e da sociedade pela naturalização desta situação; a localização nos grandes centros urbanos; a vivência do preconceito como marca do grau de dignidade atribuída pela sociedade e as particularidades do fenômeno vinculadas ao território.

Silva (2009) destaca a intrínseca vinculação do fenômeno às **relações sociais capitalistas**, ou seja, a população em situação de rua é síntese de múltiplas determinações, entre essas, fatores que organizam o sistema capitalista, fatores biográficos, referentes às histórias e trajetórias de vida dos sujeitos e inclusive fatores naturais, advindos de desastres, como desabamentos etc. Porém, enquanto fenômeno, a sua emergência só foi possível a partir do processo de **acumulação capitalista** e o surgimento das cidades industriais. Reconhece, portanto, que a população em situação de rua é uma expressão radical da “**questão social**” e constitui-se, assim, como parte integrante da classe trabalhadora pauperizada, que não é absorvida no mercado formal de trabalho.

Segundo Karl Marx, as **relações sociais capitalistas** acontecem entre duas classes sociais: a classe trabalhadora e a classe burguesa. A classe trabalhadora é formada por pessoas que necessitam vender seu trabalho, ou sua força de trabalho, sua capacidade de transformar coisas, em troca de um salário e, com isso, poder acessar condições básicas necessárias à sobrevivência, como comida, moradia, itens pessoais etc. A classe burguesa é um grupo



muito pequeno, donos das propriedades, das ferramentas, dos instrumentos e das matérias, ou seja, dos meios de produção, do capital, e que exploram a força de trabalho de quem vive do trabalho. Nessa relação, os trabalhadores recebem um salário, num valor muito menor do que seu trabalho vale, e os donos do capital passam a viver do lucro que vem dessa exploração dos trabalhadores.



Acumulação capitalista é, conforme Karl Marx, a dinâmica central do capitalismo, ou seja, a tendência dos capitalistas ou burgueses de acumular capital de forma constante e crescente, em busca do lucro, concentrando riqueza nas mãos de poucos e gerando desigualdades econômicas e sociais entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho.



Questão social é uma expressão que surgiu no século XIX para explicar a contradição gerada pelo desenvolvimento do capitalismo: de um lado, o aumento da riqueza dos capitalistas e, de outro, o aumento do pauperismo da classe trabalhadora. O processo de acumulação de capital e a exploração da classe trabalhadora produziram desigualdades e exclusões que se manifestam no cotidiano e têm consequências na vida de “quem vive do trabalho”. O conjunto dessas desigualdades, suas causas e consequências, bem como a capacidade organizativa e de enfrentamento da classe trabalhadora à situação de exploração posta, por meio das lutas sociais em prol dos direitos, passou a ser conhecida como “questão social”.



De acordo com Melo (2016), no que se refere às lutas pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, destaca-se que as primeiras ações de atenção e mobilização voltadas a este público tinham um caráter assistencial, protagonizado pelas instituições religiosas. A organização do debate político sobre a população em situação de rua se debuxa a partir da década de 1950 e ganha maior efetividade na década de 1990, com maior força nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. O autor ressalta dois aspectos deste cenário: a abertura do diálogo nas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a articulação das entidades de inspirações religiosas, como a Pastoral de Rua, que iniciaram os trabalhos de mobilização do público em pauta.

Melo (2016) relata ainda que no final da década de 1990, acentua-se e ampliam-se os atores sociais envolvidos nesta luta, o que resulta em um intenso processo de ampliação de fóruns, seminários e encontros. Um importante marco nas lutas sociais é o massacre da Praça da Sé, nos dias 19 e 22 de agosto de 2004, em São Paulo, quando 15 pessoas foram atacadas e 7 faleceram, crime que evidenciou o descaso e as violências aos quais este público estava suscetível. As suspeitas sobre a motivação do massacre se relacionam ao incômodo da presença desta população na região (Melo, 2016).

Estes fatos impulsionaram a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, importante organização protagonizada pelas próprias pessoas em situação de rua. Atualmente, o dia 19 de agosto tornou-se uma referência de mobilização e memória instituída em Dia Nacional da Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua (Melo, 2016).

Constituinte da estrutura de exploração capitalista, essa população carece de ser reconhecida em sua identidade,

como participante oficial da cidade e, conseqüentemente, possuidora de direitos e deveres de cidadãos. Direitos esses que, embora garantidos em leis, é preciso muita luta para consolidá-los.

Silva (2011) ressalta a importância da população em situação de rua organizada na construção de pautas sociais que posteriormente se consolidariam como políticas públicas. O protagonismo destes sujeitos foi fundamental para apresentar uma série de reivindicações e denúncias sobre as suas situações de vida que se materializaram em diretrizes de atendimento.

Como fruto da organização, mobilização e articulação dos grupos em defesa de direitos da população em situação de rua, ressaltamos a criação de um Grupo de Trabalho Intersectorial, em outubro de 2006, pelo Presidente Lula, para discussão e criação de uma Política Nacional de Atendimento à população de rua e posteriormente a sua consolidação através do Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Este decreto institui os princípios e diretrizes para o atendimento ao público em questão, da qual destacamos: a responsabilidade do poder público na execução e no financiamento; a democratização do acesso; o incentivo à organização da população em situação de rua e a participação em instâncias de controle social; a garantia de acesso a políticas de saúde, assistência social, lazer, esporte, trabalho e renda, moradia e educação (Brasil, 2009).

Segundo Melo (2016), a política nacional constitui-se um importante avanço, pois a luta social em torno da temática ganha concretude e legitimidade institucional concedendo um caráter de dignidade ao público em questão.

Em consecução à política nacional, também vale citar: a destinação de recursos para projetos de inclusão produtiva para catadores e população em situação de rua através de editais específicos; a alteração do artigo 23 da LOAS, em 2011, que inclui a “População em Situação de Rua” como público com atendimento prioritário para organização de serviços da política de assistência social. Ademais, concomitante, enquanto estratégia de lutas, há o fortalecimento de grupos locais, através da participação em fóruns de discussão, mobilização e participação em orçamentos participativos, conselhos de direitos, entre outras ações.

Ao refletirmos sobre a esfera municipal, é importante ressaltar o pioneirismo de Belo Horizonte na execução de uma política para população em situação de rua, conforme nos aponta Reis Junior (2012). A capital mineira foi a primeira metrópole a criar um programa municipal, em 1993, o “Programa da População em Situação de Rua”, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além de fomentar a criação do Fórum Municipal para População em Situação de Rua, primeiro espaço de diálogo institucional entre sociedade civil e poder público.

A partir do reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos, por meio de ações efetivas de mobilização, capacitação, assessoramento e defesa de direitos, entidades da sociedade civil, como a Pastoral do Povo da Rua, têm favorecido a organização de lideranças da população em situação de rua em Belo Horizonte e no Brasil, com a ocupação de espaços de participação e controle social. Em Belo Horizonte, desde 2004, o Movimento da População de Rua, em conjunto com apoiadores, vem tentando reverter a condição de eternos necessitados à condição de sujeitos de direitos.

É neste cenário que segue o relato de experiência a seguir, na incidência e articulação da sociedade civil nos espaços conferenciais, aqui, em especial, na Conferência Municipal de Assistência Social em 2015, elaborado a partir do olhar dos servidores públicos que naquele momento compunham a equipe da Coordenação das Ações para População de Rua da Gerência de Inserção Especial – espaço de gestão dos serviços de média complexidade, bem como das técnicas da Pastoral de Rua.

Cabe citar a ocorrência do concurso, em 2012, para a área de assistência social de Belo Horizonte, fruto de importante luta das trabalhadoras e dos trabalhadores desta política, que resultou na nomeação significativa de servidores públicos em 2013. A inserção destes na coordenação mencionada e a garantia da permanência no emprego permitiu melhores condições de liberdade de organização política. Este fato acarretou na ampliação das discussões de cunho político, bem como na consolidação dos seus espaços organizativos e aproximação com outras instâncias de luta. Sendo assim, ocorreu a reaproximação e a participação dos servidores no Fórum Municipal de População em Situação de Rua de Belo Horizonte.

A partir da articulação do Fórum Municipal de População em Situação de Rua, as trabalhadoras da Pastoral de Rua, as trabalhadoras da assistência social em articulação com as lideranças do Movimento Nacional da População em Situação de Rua realizaram as ações que permitiram a incidência política dessa população na Conferência Municipal de Assistência Social em 2015. Este processo se deu em três etapas: 1) mobilização; 2) construção de propostas; 3) participação na conferência.

Na primeira etapa, as trabalhadoras e os trabalhadores da coordenação e dos serviços socioassistenciais

em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua realizaram rodas de conversas e debates nos serviços socioassistenciais destinados ao atendimento do público em questão, principalmente nos Centros POPs e Casas de Passagem, com destaque para o Albergue Tia Branca. As ações continuadas desenvolvidas pela Pastoral de Rua, em conjunto com a Comunidade Amigos de Rua (organização local de pessoas em situação de rua), possibilitaram a identificação de pessoas em situação de rua que já tinham acúmulo e aprofundamento no debate sobre os direitos socioassistenciais destinados à população em situação de rua, facilitando o resgate de propostas anteriormente construídas. Estas mobilizações garantiram a participação em algumas pré-conferências realizadas nas nove regiões administrativas de Belo Horizonte, em especial na regional Centro Sul, resultando na eleição de pessoas em situação de rua como delegadas no processo conferencial.

Em um segundo momento, o grupo de pessoas em situação de rua eleitas delegadas para a conferência municipal, juntamente com as trabalhadoras da Pastoral de Rua, as lideranças do Movimento Nacional e as trabalhadoras e os trabalhadores da Coordenação de Serviços se reuniram para discutir as condições de vida, desafios e entraves da população em situação de rua com enfoque nas dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais. Muitas violações de direitos foram verificadas e mapeadas e, a partir delas, construíram-se propostas de qualificação dos desejos historicamente perseguidos que foram apresentados nas pré-conferências. Entre eles, destaca-se: a necessidade de ampliação e reordenamento dos serviços socioassistenciais destinados à população em situação de rua, contemplando um atendimento qualificado para mulheres cisgênero e

transexuais, idosos e pessoa com deficiência; formação continuada de trabalhadoras e trabalhadores; reformas e adequações das unidades socioassistenciais; ampliação e adequação dos valores do Programa Bolsa Moradia (programa de transferência de renda com condicionalidade de residência); e articulação com outras políticas públicas para garantir banheiro público, restaurantes populares e políticas destinadas ao emprego e renda.

No dia da Conferência, os participantes realizaram um breve diálogo a fim de garantir intervenção em todos os eixos de discussão da conferência, organizando-se de forma a indicar a participação, em conjunto, das trabalhadoras e dos trabalhadores, usuárias e usuários e movimentos sociais em cada eixo para defenderem as propostas elencadas e elaboradas por este coletivo.

O resultado foi uma participação coesa e organizada, que evidenciou a luta, as mazelas, os desafios e os problemas dos serviços socioassistenciais para toda a rede, incluindo usuárias e usuários de outras proteções sociais, trabalhadoras e trabalhadores e gestoras e gestores. Até então, esta era uma discussão que não extrapolava os muros do segmento em questão.

Ainda no que se refere aos resultados, em 2017, diante da repercussão da participação contundente desses atores sociais, foi realizada uma pré-conferência setorial específica para população em situação de rua, reconhecendo a capacidade organizativa e de luta deste público, bem como a precariedade dos serviços de atendimento. Na mesma época, houve uma mudança regimental do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), em que se ampliou as vagas para representação de usuárias e usuários, acrescentando-se representação por entidades e/ou organizações de usuários. Neste cenário, o Fórum

Municipal de População em Situação de Rua foi eleito, e Marcelo Rodrigues, pessoa em situação de rua, integrante do Movimento Nacional de População de Rua, passou a compor o CMAS-BH, inclusive, em determinado momento, assumindo a vice-presidência do conselho. Desde então, o Fórum Municipal de População em Situação de Rua segue se fazendo presente no CMAS-BH, através da eleição posterior de Rafael Roberto por dois mandatos e, em 2023, de Tarcisio Moraes, ambas pessoas com trajetória de vida nas ruas.

A atuação no processo conferencial, a continuidade das lutas pelos diversos atores sociais e o protagonismo da população em situação de rua através do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, contribuíram para que algumas deliberações conferenciais aprovadas em 2015 fossem instituídas. Entre elas, destaca-se a contratação de educadores pares – pessoas em situação de rua que foram incorporadas como agentes sociais no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), bem como, a instauração, em 2017, do Grupo de Trabalho de Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais com participação da sociedade civil.

A aliança estratégica entre usuárias(os) e trabalhadoras(es) continua a ser uma direção e, ao longo desses anos, várias foram as lutas sociais travadas nas instâncias de participação e de controle social do SUAS. Há ainda muito o que se avançar, tanto na oferta de serviços socioassistenciais, quanto na dimensão política organizativa.

A dimensão da organização, mobilização, por vezes assume papel secundário no trabalho social desenvolvido pelos serviços. Ademais, é ainda necessário avançar na aproximação de mais trabalhadoras(es) e usuárias(os) com as instâncias de discussão e organização política de

usuárias e usuários, como o Fórum de População de Rua de Belo Horizonte.

Porém, as lutas travadas até aqui nos encorajam a seguir e garantir os avanços necessários para o público em questão.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7053/09 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARX, K. **O Capital I**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, T. Da rua pra rua: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EduFScar, 2016.

REIS JUNIOR, A. G. População em situação de rua: contexto histórico e político. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica (org.). **Manual de cuidados em saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. p. 17-18.

SILVA. M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.



